

2020

5ª edição

João Paulo Martinelli
Leonardo Schmitt de Bem

Direito

PENAL

lições fundamentais

parte geral

revista e atualizada com:

Lei nº 13.769/2018: progressão de regime prisional para mulheres

Lei nº 13.869/2019: crimes de abuso de autoridade

Lei nº 13.964/2019: pacote anticrime

Lei nº 13.968/2019: incitação ao suicídio e à automutilação





Belo Horizonte Av. Brasil, 1843, Savassi, Belo Horizonte, MG Tel.: 31 3261 2801 CEP 30140-007	São Paulo Av. Paulista, 2444, 8º andar, cj 82 Bela Vista – São Paulo, SP CEP 01310-933
--	---

WWW.EDITORADPLACIDO.COM.BR

Copyright © 2020, D'Plácido Editora
Copyright © 2020, João Paulo Martinelli
Copyright © 2020, Leonardo Schmitt de Bem

Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida, por quaisquer meios,
sem a autorização prévia do Grupo D'Plácido.

<i>Editor Chefe</i>	Plácido Arraes
<i>Editor</i>	Tales Leon de Marco
<i>Produtora Editorial</i>	Bárbara Rodrigues
<i>Capa, projeto gráfico</i>	Nathalia Torres
<i>Diagramação</i>	Nathalia Torres Enzo Zaquero Prates

Catálogo na Publicação (CIP)

1166873

M385 Martinelli, João Paulo Orsini
Direito penal parte geral : lições fundamentais / João Paulo Orsini Martinelli, Leonardo Schmitt de Bem. - 5. ed., 1 reimp. - Belo Horizonte, São Paulo : D'Plácido, 2020.
1354 p.

ISBN 978-65-5059-090-1

1. Direito. 2. Direito Penal. I. De Bem, Leonardo Schmitt. II. Título.

CDDir: 341.5

Bibliotecária responsável: Fernanda Gomes de Souza CRB-6/2472

Grupo
D'PLÁCIDO



*
Rodapé



Sumário

Apresentação da quinta edição.....	39	§ 5.2. Controle social formal.....	59
Apresentação da quarta edição.....	43	§ 5.3. A relação de continuidade entre os instrumentos de controle social.....	59
Apresentação da terceira edição.....	45	§ 5.4. O controle social pelo direito penal.....	60
Apresentação da segunda edição.....	47	§ 6. Os modelos de intervenção penal.....	60
Apresentação da primeira edição.....	49	§ 6.1. Simbolismo penal.....	60
		§ 6.2. Anarquismo penal.....	61
		§ 6.3. Abolicionismo minimalista.....	62
		§ 7. As instituições penais.....	63
		§ 8. Os condicionamentos do sistema penal.....	63
		§ 8.1. Criminalização.....	64
		§ 8.2. Prisionização.....	64
		§ 8.3. Policização.....	65
		§ 8.4. Burocratização.....	65
		§ 8.5. Sistema penal subterrâneo.....	65
		§ 9. O sistema penal como última medida.....	66
		§ 9.1. Consequências do recurso à via punitiva.....	66
		§ 9.2. Circunstâncias que impedem o recurso à via punitiva.....	67
		§ 10. O direito penal e a dignidade humana.....	67

PARTE I	
CONCEITOS, PRINCÍPIOS	
E LEI PENAL	
<i>(Art. 1º ao art. 12 do Código Penal)</i>	

<i>Lição 1</i>	
O horizonte de projeção do direito penal	55
§ 1. Estrutura do sistema penal.....	55
§ 2. Seletividade do sistema penal.....	55
§ 3. Criminoso e criminalizado.....	56
§ 3.1. A realidade do direito penal.....	56
§ 3.2. Quem são os criminalizados?.....	57
§ 4. Camadas sociais.....	57
§ 5. Controle social.....	58
§ 5.1. Controle social informal.....	58

§ 11. Conclusões.....	67
Lição 2	
Perspectiva histórica do direito penal	69
§ 1. Nota introdutória.....	69
§ 2. O direito penal primitivo.....	69
§ 2.1. O culto aos totens.....	70
§ 2.2. A quebra dos tabus.....	70
§ 2.3. O primeiro tabu.....	70
§ 3. O direito penal antigo.....	71
§ 4. As leis penais em Roma.....	72
§ 4.1. As vertentes penais no direito romano.....	72
§ 4.2. A Lei das XII Tábuas.....	73
§ 4.3. Um embrião de sistema jurídico-penal.....	73
§ 5. A vingança familiar ou tribal.....	73
§ 5.1. A perda da paz.....	74
§ 5.2. A vingança de sangue.....	74
§ 5.3. A composição pecuniária.....	75
§ 6. A vingança divina.....	75
§ 7. A vingança pública.....	77
§ 8. Período humanitário.....	77
§ 8.1. Dos delitos e das penas.....	78
§ 8.2. Escola Clássica Criminal.....	78
§ 8.3. Escola Clássica Penitenciária.....	79
§ 8.4. O princípio da legalidade.....	80
§ 9. Período científico.....	81
§ 9.1. Cesare Lombroso.....	81
§ 9.2. Enrico Ferri.....	82
§ 9.3. Raffaele Garofalo.....	82
§ 9.4. As vertentes positivistas.....	83
§ 9.5. Princípios básicos do positivismo.....	83
§ 9.6. Livre-arbítrio e determinismo.....	83
§ 10. A terceira escola.....	84
§ 11. A moderna escola dogmática.....	84
§ 12. Escola correccionalista.....	85
§ 13. Garantismo.....	86
§ 13.1. Os axiomas do garantismo penal.....	86
§ 13.2. Os axiomas do garantismo processual.....	87
§ 13.3. Um Judiciário garantista.....	87
§ 13.4. Garantismo negativo e garantismo positivo.....	88
§ 14. Funcionalismo teleológico-racional.....	88
§ 15. O direito penal excepcional.....	89
§ 15.1. As razões filosóficas da construção jakobesiana.....	90

§ 15.2. Os tipos de infratores.....	90
§ 15.2.1. O direito penal do inimigo.....	91
§ 15.2.2. A terceira velocidade do direito penal.....	91
§ 15.3. As críticas à teoria jakobesiana.....	92

Lição 3**Perspectiva histórica do direito penal no Brasil 95**

§ 1. A história do direito penal no Brasil colonial.....	95
§ 1.1. O direito penal primitivo no Brasil.....	95
§ 1.2. As Ordenações Portuguesas.....	96
§ 1.3. O Código Filipino.....	96
§ 1.3.1. A divisão do Livro V.....	96
§ 1.3.2. As Ordenações Filipinas no Brasil.....	97
§ 2. A história do direito penal no Brasil imperial.....	97
§ 2.1. Um diploma patriarcal escravista.....	97
§ 2.2. A divisão do Código Imperial.....	98
§ 3. A história do direito penal no Brasil republicano.....	98
§ 3.1. A divisão do Código Penal Republicano.....	98
§ 3.2. A identificação das influências do Código Penal Republicano.....	99
§ 3.3. A Consolidação das Leis Penais de Piragibe.....	100
§ 4. O Código contemporâneo.....	100
§ 4.1. Divisão do Código Penal de 1940.....	100
§ 4.2. As propostas de alteração.....	101
§ 4.3. A legislação penal extravagante.....	102
§ 5. Perspectivas para o futuro.....	102

Lição 4**Fundamentos do direito penal 105**

§ 1. Nomenclatura.....	105
§ 2. Conceito formal.....	106
§ 3. O direito penal e os demais ramos do direito.....	106
§ 3.1. Pena cominada e pena aplicada.....	106
§ 3.2. Institutos despenalizadores.....	107
§ 4. A ciência do direito penal.....	107
§ 4.1. O objeto de estudo.....	107
§ 4.2. O método.....	109
§ 4.3. A finalidade.....	109
§ 4.4. Fundamento ontológico ou funcionalista?.....	110
§ 5. Direito penal objetivo e subjetivo.....	110

§ 6. Relações do direito penal.....	111	§ 11. Função dogmática e função político-criminal do bem jurídico.....	130
§ 6.1. Demais relações com o direito.....	111	§ 11.1. Função dogmática.....	131
§ 6.2. O direito penal e as ciências criminais.....	112	§ 11.2. Função político-criminal.....	131
§ 6.2.1. Política criminal.....	112	§ 11.3. Conclusão.....	132
§ 6.2.2. Criminologia.....	112		
§ 6.3. Ciências auxiliares do direito penal.....	113	Lição 6	
§ 7. Missão do direito penal.....	113	A proteção constitucional do bem jurídico-penal	133
Lição 5		§ 1. Nota introdutória.....	133
Evolução histórica da teoria do bem jurídico	115	§ 2. Direitos fundamentais.....	133
§ 1. Fase pré-iluminista.....	115	§ 2.1. A fundamentação teórica.....	134
§ 2. Iluminismo.....	115	§ 2.2. O reconhecimento dos direitos fundamentais.....	134
§ 2.1. Anselm von Feuerbach.....	116	§ 3. Princípio materialmente implícito na Constituição.....	135
§ 2.2. Johann Birnbaum.....	116	§ 4. Autenticidade dos direitos fundamentais.....	135
§ 2.3. A diferença entre as doutrinas de Feuerbach e Birnbaum e suas consequências.....	116	§ 4.1. A consagração dos direitos humanos.....	136
§ 3. O positivismo formal.....	117	§ 5. Fundamento jurídico.....	136
§ 3.1. Karl Binding.....	117	§ 6. Diretrizes gerais.....	137
§ 3.2. A consequência desse pensamento.....	118	§ 6.1. A abertura constitucional em tema de direitos fundamentais.....	137
§ 4. O positivismo material.....	118	§ 6.2. Os direitos fundamentais reconhecidos internacionalmente.....	138
§ 5. O neokantismo.....	119	§ 6.3. A impossibilidade de controles ideológicos ou atentatórios de direitos fundamentais.....	139
§ 5.1. Ernest Mayer.....	119	§ 6.4. A proteção penal independentemente de concepções morais.....	140
§ 5.2. Richard Honig.....	120	§ 6.4.1. O moralismo legal e suas intensidades.....	142
§ 5.3. Bem jurídico e regimes totalitários.....	120	§ 6.4.2. A proteção da moral nas Cortes Constitucionais.....	142
§ 6. O finalismo.....	121	§ 6.4.2.1. Incesto.....	143
§ 7. O funcionalismo moderado.....	121	§ 6.4.2.2. Adultério.....	145
§ 7.1. A Constituição.....	122	§ 6.4.2.3. Homossexualidade.....	145
§ 7.2. O tipo legal parte da norma e esta se faz do bem jurídico.....	123	§ 6.4.2.4. Mendicância e vadiagem.....	147
§ 7.3. Como frear o ímpeto legislativo?.....	124	§ 6.4.2.5. Outros exemplos.....	147
§ 7.3.1. Franco Bricola.....	124	§ 6.5. O alcance da proteção penal dos direitos fundamentais.....	147
§ 7.3.2. Enzo Musco e Pietro Nuvolone.....	124	§ 6.5.1. O princípio <i>volenti non fit iniuria</i>	148
§ 7.3.3. Giovanni Fiandaca e Francesco Angioni.....	125	§ 6.5.2. Paternalismo e direito penal.....	148
§ 7.3.4. Giorgio Marinucci e Emilio Dolcini.....	125	§ 6.5.3. Classificações do paternalismo.....	149
§ 7.3.5. Síntese conclusiva.....	126	§ 6.5.3.1. O auxílio ao suicídio.....	150
§ 8. O funcionalismo radical.....	126	§ 6.5.3.2. Charlatanismo e curandeirismo.....	150
§ 8.1. A proteção penal da vigência da norma.....	126	§ 6.5.3.3. O porte de drogas para consumo pessoal.....	151
§ 8.2. As críticas ao funcionalismo de Jakobs.....	127	§ 6.5.3.4. A prática de esportes radicais.....	152
§ 8.3. Georg Hegel e Niklas Luhmann.....	128		
§ 9. O funcionalismo redutor.....	128		
§ 10. A teoria do harm principle e o direito anglo-saxão.....	129		

§ 6.5.4. <i>Autonomia individual versus paternalismo estatal</i>	155	§ 10.3. <i>Crimes simples e crimes complexos</i>	179
§ 6.5.5. <i>Paternalismo moralista</i>	156	§ 10.4. <i>Bem jurídico primário e bem jurídico secundário</i>	179
§ 7. Conclusão	157	Lição 8	
Lição 7		Estrutura dos delitos	181
Questões-limite da proteção do bem jurídico	159	§ 1. <i>Noções preliminares</i>	181
§ 1. <i>Nota introdutória</i>	159	§ 2. <i>Estrutura dos delitos</i>	181
§ 2. <i>A proteção penal dos animais</i>	159	§ 3. <i>Crimes de perigo e crimes de dano</i>	182
§ 2.1. <i>O meio ambiente ecologicamente equilibrado</i>	160	§ 4. <i>Crimes de perigo individual e de perigo comum</i>	183
§ 2.2. <i>Sentimento de solidariedade coletivo</i>	160	§ 5. <i>Crimes de perigo concreto e de perigo abstrato</i>	183
§ 2.3. <i>Proteção dos animais por si mesmos</i>	162	§ 5.1. <i>Crimes de perigo concreto</i>	183
§ 2.4. <i>Autodeterminação e heterodeterminação dos animais</i>	163	§ 5.2. <i>Crimes de perigo abstrato</i>	185
§ 3. <i>A proteção penal aos embriões</i>	163	§ 6. <i>Classificação dos crimes de perigo abstrato</i>	186
§ 4. <i>A tutela da confiança</i>	164	§ 6.1. <i>Crimes de perigo abstrato-concreto</i>	186
§ 4.1. <i>As críticas ao bem jurídico confiança</i>	165	§ 6.2. <i>Crimes de perigo abstrato como crimes de perigo geral</i>	187
§ 4.2. <i>Aplicação prática da confiança</i>	165	§ 6.3. <i>Crimes de perigo abstrato como crimes de perigosidade concreta</i>	188
§ 5. <i>Bens jurídicos individuais e coletivos</i>	166	§ 6.4. <i>Crimes de perigo abstrato como crimes de potencial perigo</i>	189
§ 5.1. <i>A disponibilidade quanto aos bens jurídicos individuais</i>	166	§ 6.5. <i>Crimes de perigo abstrato como crimes de perigosidade real</i>	191
§ 5.2. <i>A disponibilidade quanto aos bens jurídicos coletivos</i>	167	§ 7. <i>Lesão ao objeto e perigo ao bem jurídico</i>	192
§ 5.3. <i>A classificação dos bens jurídicos coletivos</i>	167	§ 8. <i>Os perigos da transmutação dos crimes de perigo abstrato em crimes de lesão</i>	193
§ 6. <i>Os aparentes bens jurídicos coletivos</i>	168	§ 8.1. <i>Saúde pública</i>	194
§ 6.1. <i>Os bens jurídicos de abstração impalpável</i>	169	§ 8.2. <i>A regularidade das instituições militares</i>	195
§ 6.1.1. <i>A saúde pública</i>	169	§ 8.3. <i>Os sentimentos de segurança e tranquilidade gerais</i>	196
§ 6.1.2. <i>A paz pública e a ordem pública</i>	170	§ 8.4. <i>A segurança viária</i>	198
§ 6.1.3. <i>O funcionamento do mercado</i>	171	§ 9. <i>A necessidade de afetação do bem jurídico</i>	199
§ 6.1.4. <i>A segurança viária</i>	172	§ 10. <i>A necessidade de abandonar a doutrina de inconstitucionalidade dos delitos de perigo abstrato</i>	200
§ 7. <i>Os autênticos bens jurídicos coletivos</i>	172	§ 11. <i>Delitos de posse</i>	201
§ 8. <i>Lesões remotas</i>	173	Lição 9	
§ 9. <i>A sociedade mundial do risco</i>	174	Princípios penais informadores da atividade legislativa	205
§ 9.1. <i>A repartição dos riscos</i>	175	§ 1. <i>Delimitação do problema</i>	205
§ 9.2. <i>O direito penal do risco</i>	175		
§ 9.2.1. <i>Direito de intervenção</i>	176		
§ 9.2.2. <i>Direito penal de segunda velocidade</i>	177		
§ 9.3. <i>Direito penal de precaução</i>	177		
§ 10. <i>Diferenciações relacionadas aos bens jurídicos</i>	178		
§ 10.1. <i>Objeto material e objeto jurídico</i>	178		
§ 10.2. <i>Bens jurídicos de sujeito singular e de sujeito múltiplo</i>	179		

§ 2. As mútuas relações entre o direito constitucional e o direito penal.....	206	Lição 10	
§ 3. O princípio da necessidade penal.....	206	A vinculação legislativa com o princípio da legalidade	231
§ 3.1. <i>Caráter subsidiário</i>	207	§ 1. Origem e fases do princípio da legalidade.....	231
§ 3.2. <i>Distintas nomenclaturas</i>	207	§ 1.1. <i>Período iluminista</i>	232
§ 3.3. <i>Ultima ratio?</i>	208	§ 1.2. <i>Formulação teórica</i>	232
§ 3.3.1. <i>Do passado ao presente, os equívocos continuam</i>	208	§ 1.3. <i>Consagração do princípio</i>	233
§ 3.3.2. <i>A legislação penal simbólica</i>	209	§ 2. Significado do princípio da legalidade.....	234
§ 3.3.3. <i>O populismo penal midiático</i>	210	§ 3. Teor literal e significado essencial.....	234
§ 3.3.4. <i>A passividade dos tribunais em temas penais</i>	211	§ 4. Fundamentos do princípio da legalidade.....	234
§ 3.4. <i>Medidas de política social</i>	212	§ 4.1. <i>Fundamento político democrático-representativo</i>	235
§ 3.5. <i>A revisão do pensamento dominante</i>	213	§ 4.2. <i>Fundamento político-criminal</i>	236
§ 3.6. <i>A proposta de Nils Jareborg</i>	214	§ 4.3. <i>Fundamento protetor particular perante o poder estatal</i>	236
§ 4. O princípio da dignidade penal.....	216	§ 5. O princípio da legalidade e a seletividade.....	236
§ 4.1. <i>Caráter fragmentário</i>	217	§ 6. Garantias do princípio da legalidade.....	237
§ 4.2. <i>A intervenção penal constitucionalmente necessária</i>	218	§ 6.1. <i>Garantia criminal</i>	237
§ 4.2.1. <i>Mandados ou imperativos de criminalização</i>	218	§ 6.2. <i>Garantia penal</i>	237
§ 4.2.2. <i>Mandados ou imperativos de punição</i>	218	§ 6.3. <i>Garantia jurisdicional</i>	238
§ 4.2.3. <i>Baixa densidade normativa</i>	219	§ 6.4. <i>Garantia de execução</i>	238
§ 5. O princípio da proporcionalidade penal.....	219	§ 7. Princípio da legalidade criminal.....	238
§ 5.1. <i>O princípio da proibição de excesso</i>	220	§ 7.1. <i>Reserva legal</i>	239
§ 5.1.1. <i>A ponderação entre os benefícios sociais e os custos pessoais</i>	220	§ 7.2. <i>Exceção à reserva legal</i>	240
§ 5.1.2. <i>A ponderação entre a conduta proibida e a pena cominada</i>	221	§ 7.2.1. <i>Reserva legal tendencialmente absoluta</i>	241
§ 5.2. <i>O princípio da proibição de proteção insuficiente</i>	222	§ 7.2.2. <i>Ofensa à reserva legal</i>	241
§ 5.2.1. <i>As omissões constitucionais</i>	223	§ 7.2.3. <i>Leis penais em branco</i>	242
§ 5.2.2. <i>As deficiências constitucionais</i>	224	§ 7.3. <i>Proibição de lei criminal indeterminada e imprecisa</i>	244
§ 6. Princípio da humanidade penal.....	225	§ 7.3.1. <i>Invocação casuística ou cláusulas gerais?</i>	245
§ 6.1. <i>Pena de morte</i>	225	§ 7.3.2. <i>Conceitos descritivos</i>	247
§ 6.1.1. <i>Código Penal Militar</i>	225	§ 7.3.3. <i>Conceitos normativos jurídicos</i>	248
§ 6.1.2. <i>A Lei do Abate</i>	226	§ 7.3.4. <i>Conceitos normativos de ordem cultural</i>	249
§ 6.1.3. <i>Direito comparado</i>	226	§ 7.3.4.1. <i>Crimes culturalmente motivados</i>	249
§ 6.1.4. <i>Abolição da pena de morte</i>	226	§ 7.3.5. <i>Conceitos normativos extrajurídicos</i>	250
§ 6.2. <i>Prisão perpétua</i>	227	§ 7.3.6. <i>Violação da taxatividade</i>	251
§ 6.3. <i>Banimento</i>	228	§ 7.4. <i>Interação do princípio da legalidade com a atividade judicial</i>	253
§ 6.4. <i>Trabalhos forçados</i>	228	§ 7.4.1. <i>Proibição da analogia incriminadora</i>	253
§ 6.5. <i>Crueldade</i>	229		

§ 7.4.2. Admissão da analogia.....	254	§ 3. O princípio da	
§ 7.4.2.1. Leis fiscais.....	255	proporcionalidade penal.....	282
§ 7.4.2.2. Progressão de regime de pena.....	255	§ 3.1. O controle judicial da proibição	
§ 7.4.2.3. Analogia in bonam partem		de excesso na atividade legislativa.....	283
e normas com caráter excepcional.....	255	§ 3.1.1. A adequação e a necessidade	
§ 7.4.3. Analogia expressa.....	256	da incriminação.....	283
§ 7.5. Proibição de retroatividade de		§ 3.1.1.1. A injustificada posse de	
lei incriminadora.....	257	instrumento de emprego usual na	
§ 8. Princípio da legalidade penal.....	257	prática de furto.....	284
§ 8.1. Reserva legal.....	257	§ 3.1.1.2. O porte de drogas para	
§ 8.2. Proibição de penas imprecisas e		consumo pessoal.....	284
indeterminadas.....	258	§ 3.1.2. Incoerências endonormativas.....	286
§ 8.2.1. Normas penais imperfeitas.....	259	§ 3.1.2.1. Sanção do delito doloso	
§ 8.2.2. Imprecisão do conteúdo.....	259	inferior ao delito culposo em relação	
§ 8.3. Proibição de analogia penal.....	260	ao mesmo bem jurídico.....	286
§ 8.4. Proibição de retroatividade penal.....	261	§ 3.1.2.2. Sanção do delito de dano	
§ 9. Conclusão.....	263	inferior ao delito de perigo quanto ao	
mesmo bem jurídico.....		mesmo bem jurídico.....	287
Lição 11		§ 3.1.2.3. Sanção do delito de perigo	
Princípios penais clássicos		concreto inferior ao crime de perigo	
informatores da atividade judicial	265	abstrato em relação ao mesmo bem	
§ 1. O princípio da necessidade penal.....	265	jurídico.....	288
§ 1.1. O crime de desobediência.....	265	§ 3.1.2.4. Sanção de delito praticado	
§ 1.2. O “princípio” da insignificância.....	266	com dolo eventual igual ou superior	
§ 1.3. Não há dolo sem culpa.....	268	ao delito praticado com dolo direto.....	288
§ 1.4. Vitimodogmática.....	268	§ 3.1.2.5. Distanciamento das penas	
§ 2. O princípio da dignidade penal.....	268	cominadas.....	289
§ 2.1. O controle judicial sobre a		§ 3.1.2.6. Os delitos de atentado.....	290
idoneidade do bem jurídico.....	269	§ 3.1.3. Proibição da conversão da	
§ 2.1.1. O perigo da reprovação penal		pena privativa de liberdade em	
de condutas imorais.....	269	restritiva de direitos.....	290
§ 2.1.2. A reprovação penal de tabus.....	271	§ 3.1.4. A suposta desproporção no	
§ 2.1.3. Os bens jurídicos de abstração		aumento da pena do furto qualificado.....	291
impalpável.....	272	§ 3.1.5. O crime de homicídio	
§ 2.2. O controle judicial sobre a		culposo de trânsito.....	291
idoneidade da conduta perpetrada.....	273	§ 3.1.6. Crimes hediondos com	
§ 2.2.1. O porte de drogas para		diferentes graus de lesividade.....	292
consumo pessoal.....	273	§ 3.2. O controle judicial da proibição	
§ 2.2.2. A liberdade de disposição sexual.....	274	de proteção insuficiente na	
§ 2.2.3. Os crimes de perigo abstrato.....	274	atividade legislativa.....	293
§ 2.2.3.1. O crime de fraude para o		§ 3.2.1. A extinção da punibilidade	
recebimento de valor de seguro.....	275	do autor de estupro na hipótese de	
§ 2.2.3.2. O porte ilegal de arma de		seu casamento com a vítima	
fogo de uso permitido.....	276	(CP, art. 107, VII).....	293
§ 2.2.3.3. As fraudes no esporte.....	279	§ 3.2.2. A utilização de células-tronco	
§ 2.2.3.4. A pornografia infantil.....	280	embrionárias.....	294
§ 2.2.3.5. O crime de moeda falsa.....	281	§ 3.2.3. Estatuto do Desarmamento.....	295
§ 2.2.3.6. O falso testemunho.....	281	§ 3.2.4. A minorante de pena do art.	
§ 2.2.4. A ameaça “espiritual” como		33, § 4º, da Lei de Drogas.....	296
meio de intimidação.....	282	§ 3.2.5. Práticas discriminatórias à	
		comunidade LGBT.....	297
		§ 3.3. O princípio da	
		proporcionalidade penal e a a	
		tividade judicial.....	298

§ 5.2. A interpretação analógica ou extensiva.....	347	§ 2.2.2. Normas convocadas pelos elementos normativos do tipo.....	366
§ 5.3. A analogia in malam partem.....	347	§ 2.2.2.1. O crime de denúncia caluniosa.....	367
§ 5.4. A analogia in bonam partem.....	348	§ 2.2.2.2. O crime de moeda falsa.....	367
§ 5.4.1. A não aplicação da analogia benéfica para as hipóteses de exclusão de punibilidade.....	349	§ 2.2.2.3. O crime de homicídio culposo de trânsito.....	368
§ 5.4.2. A inaplicabilidade da analogia benéfica às normas penais com natureza excepcional.....	350	§ 2.2.2.4. Crimes que envolvem tabelas de preços.....	369
§ 5.4.3. Hipótese à margem da analogia benéfica.....	352	§ 2.2.2.5. Direito comparado.....	369
§ 6. A irretroatividade da lei criminal e penal.....	352	§ 2.2.2.6. Normas jurídicas conceituais.....	370
Lição 14		§ 2.2.3. Elementos normativos e leis penais em branco.....	370
Direito penal transitório 353		§ 2.2.3.1. O crime de tráfico de drogas.....	371
§ 1. Princípio da irretroatividade.....	353	§ 2.2.3.2. Omissão de notificação de doença.....	373
§ 1.1. <i>Novatio legis</i> incriminadora.....	354	§ 2.2.3.3. Posição da doutrina na atualidade.....	374
§ 1.1.1. Conversão da contravenção em crime.....	355	§ 2.3. <i>Novatio legis in melius</i>	374
§ 1.2. <i>Novatio legis in pejus</i>	356	§ 2.3.1. Exclusão de causa de aumento.....	375
§ 1.2.1. Alterações quantitativas posteriores.....	356	§ 2.3.2. Alteração da composição do tipo de ilícito.....	375
§ 1.2.2. Alterações qualitativas posteriores.....	357	§ 2.3.3. Nova condição de procedibilidade da ação penal.....	375
§ 2. Princípio da retroatividade.....	358	§ 2.3.4. Patamar menor de revogação da remissão nos casos de cometimento de falta grave.....	376
§ 2.1. <i>Abolitio criminis</i>	358	§ 2.4. A retroatividade e o princípio da coisa julgada.....	377
§ 2.1.1. Consequências da descriminalização.....	358	§ 2.5. Descriminalização e despenalização.....	377
§ 2.1.2. Hipóteses de descriminalização.....	359	§ 3. Lei penal mais benigna.....	378
§ 2.1.3. Descriminalização temporária?.....	359	§ 4. Aplicação da lei mais benigna.....	379
§ 2.1.4. Princípio da coisa julgada.....	360	§ 4.1. A <i>vacatio legis</i> da Lei n. 7.209/1984.....	380
§ 2.1.5. Abolição contravençional.....	360	§ 4.2. A <i>vacatio legis</i> da Lei n. 8.069/1990.....	380
§ 2.1.6. <i>Abolitio criminis</i> e revogação formal de um tipo penal.....	361	§ 4.3. Lei penal mais grave com cláusula de vigência imediata.....	380
§ 2.1.6.1. Apropriação indébita previdenciária.....	361	§ 4.4. Lei penal apenas parcialmente mais benéfica.....	381
§ 2.1.6.2. Atentado violento ao pudor.....	361	§ 5. Competência jurisdicional.....	382
§ 2.1.6.3. Rapto.....	362	Lição 15	
§ 2.1.6.4. Prática de propaganda partidária ou eleitoral no dia da eleição.....	362	Tópicos especiais sobre o direito penal transitório 383	
§ 2.1.6.5. Tráfico ilícito de drogas.....	363	§ 1. Lei intermediária.....	383
§ 2.1.6.6. Crimes contra a propriedade industrial.....	363	§ 2. Lei excepcional ou temporária.....	384
§ 2.1.6.7. Crimes contra a honra praticados por meio da imprensa.....	364	§ 2.1. Lei excepcional.....	384
§ 2.1.6.8. Corrupção de menores.....	364	§ 2.2. Lei temporária.....	385
§ 2.1.7. Abolição contravençional e revogação formal de um tipo penal.....	365	§ 2.3. Essas leis são legítimas constitucionalmente?.....	385
§ 2.2. <i>Abolitio criminis</i> e sucessão de normas integradoras.....	365	§ 2.4. Tipo circunstanciado.....	386
§ 2.2.1. Normas aparente e realmente integradoras.....	366		

§ 3. Combinação de leis penais.....	386	§ 8.1. Extraterritorialidade incondicionada.....	408
§ 3.1. Teoria da ponderação diferenciadora × teoria da ponderação unitária.....	388	§ 8.1.1. Princípio da defesa ou de proteção.....	408
§ 3.2. Teoria da retroatividade parcial da lei.....	389	§ 8.1.2. Princípio da universalidade.....	409
§ 4. Substituição de elementos circunstanciados.....	390	§ 8.1.3. Bis in idem e detração penal.....	410
§ 5. A declaração de ilegitimidade constitucional da lei penal mais favorável.....	391	§ 8.1.4. A dupla condenação e o Pacto de San José da Costa Rica.....	410
§ 6. Transcendência do controle difuso de constitucionalidade.....	391	§ 8.2. Extraterritorialidade condicionada.....	411
§ 7. Crime continuado e permanente.....	392	§ 8.2.1. Crimes que, por tratado ou convenção, o Brasil se obrigou a reprimir.....	411
§ 7.1. Crime continuado.....	392	§ 8.2.2. Crimes praticados por brasileiro.....	412
§ 7.2. Crime permanente.....	392	§ 8.2.3. Crimes praticados em aeronaves ou embarcações brasileiras, de propriedade privada ou mercantes, quando em território estrangeiro e ali não sejam julgados.....	412
§ 8. Retroatividade jurisprudencial benéfica.....	393	§ 8.2.4. Condições.....	413
§ 9. Retroatividade jurisprudencial prejudicial.....	393	§ 8.2.4.1. Ingresso do agente no território nacional.....	413
§ 9.1. Permissão de retroatividade.....	394	§ 8.2.4.2. Dupla tipicidade da conduta.....	414
§ 9.2. Proibição da retroatividade.....	394	§ 8.2.4.3. Estar o crime incluído entre aqueles pelos quais a lei brasileira autoriza a extradição.....	415
§ 10. Medidas de segurança.....	396	§ 8.2.4.4. Não ter sido o agente absolvido no estrangeiro ou não ter aí cumprido a pena.....	415
Lição 16		§ 8.2.4.5. Não ter sido o agente perdoado no estrangeiro ou não estar extinta a punibilidade, por outro motivo, segundo a lei mais favorável.....	415
Lei penal no tempo e no espaço 399		§ 8.2.4.6. Condições adicionais.....	416
§ 1. O estudo da lei penal no tempo e no espaço.....	399	§ 8.3. Natureza mista.....	417
§ 2. Tempo do crime.....	400	§ 8.4. Princípio da extraterritorialidade e contração.....	417
§ 3. Teoria da atividade.....	400	§ 8.5. Críticas à extraterritorialidade.....	417
§ 3.1. Menores de 18 anos.....	400	§ 9. Jurisdição internacional.....	418
§ 3.2. Tempo do crime e consumação.....	401	§ 9.1. Tribunal Penal Internacional.....	418
§ 3.3. Tempo do crime e prescrição.....	401	§ 9.2. Direito penal de quarta velocidade.....	419
§ 3.4. Crime habitual.....	401	§ 10. Pena cumprida no estrangeiro.....	419
§ 3.5. Crime permanente.....	402	§ 11. Extradição.....	420
§ 3.6. Crime continuado.....	403	§ 11.1. Condições negativas para concessão da extradição.....	420
§ 4. Lugar do crime.....	403	§ 11.1.1. Crimes políticos.....	420
§ 4.1. A teoria da ubi quidam.....	404	§ 11.1.2. Agente brasileiro.....	421
§ 4.2. Crimes a distância.....	404	§ 11.2. Condições positivas para concessão da extradição.....	422
§ 5. Territorialidade e extraterritorialidade.....	405	§ 11.3. Procedimento da extradição.....	422
§ 6. Direito penal internacional e direito internacional penal.....	405	§ 11.4. Extradição, deportação e expulsão.....	423
§ 7. Princípio da territorialidade temperada.....	406	Lição 17	
§ 7.1. Território.....	406	Lei penal em relação às pessoas 425	
§ 7.2. Extensão do território nacional.....	406	§ 1. Imunidades diplomáticas.....	425
§ 7.3. Direito de passagem inocente.....	407		
§ 8. Princípio da extraterritorialidade.....	407		

§ 1.1. Diplomata, embaixador e cônsul.....	426	§ 3.1.3.2. Norma penal em branco homóloga.....	441
§ 1.2. Membros de organismos internacionais.....	426	§ 3.1.4. O complemento de norma penal não incriminadora.....	442
§ 1.3. Posição dos tribunais.....	427	§ 3.1.5. A necessidade de existência da norma complementar para fins de tipicidade delitiva.....	443
§ 1.4. Irrelevância da qualidade oficial.....	427	§ 3.1.6. As cláusulas abertas em normas complementares.....	444
§ 2. Imunidade parlamentar.....	427	§ 3.1.7. Normas penais em branco e delitos de violação de dever.....	445
§ 2.1. Imunidade material ou absoluta.....	428	§ 3.1.8. Normas penais em branco e elementos normativos do tipo.....	445
§ 2.2. Imunidade formal ou relativa.....	429	§ 3.1.9. Normas penais em branco e tipos penais abertos.....	446
§ 3. A imunidade profissional.....	429	§ 3.2. Normas penais incompletas.....	447
§ 4. Imunidade para se negar a depor em juízo.....	430	§ 4. Destinatários das normas penais.....	448
Lição 18		§ 5. Características das normas penais.....	448
Teoria da norma penal	433	§ 6. Interpretação das normas penais.....	449
§ 1. A teoria das normas de Binding.....	433	§ 6.1. Técnicas de interpretação.....	449
§ 1.1. Necessidade do conceito de norma.....	433	§ 6.1.1. Interpretação gramatical.....	450
§ 1.2. Demonstração da existência de normas.....	434	§ 6.1.1.1. Linguagem comum.....	450
§ 1.2.1. Demonstração mediata da norma a partir da lei penal.....	434	§ 6.1.1.2. Linguagem especial.....	450
§ 1.2.2. Demonstração mediata da norma a partir das necessidades do legislador.....	435	§ 6.1.2. Outras técnicas interpretativas.....	451
§ 1.2.3. Demonstração mediata da norma a partir do direito escrito.....	435	§ 6.1.3. A interpretação doutrinária.....	452
§ 1.2.4. Demonstração mediata da norma a partir da história do direito.....	435	§ 6.2. O resultado da interpretação.....	453
§ 1.2.5. Resultado da investigação com respeito à existência de normas.....	435	§ 7. A interpretação de acordo com a Constituição Federal e os Tratados Internacionais de Direitos Humanos.....	454
§ 2. Classificação das normas penais.....	436	§ 7.1. O princípio da dignidade penal.....	454
§ 2.1. Normas penais não incriminadoras permissivas.....	436	§ 7.1.1. A correta extensão da interpretação penal.....	455
§ 2.2. Normas penais não incriminadoras complementares.....	437	§ 7.1.2. A interpretação penal contra o significado gramatical.....	455
§ 2.3. Normas penais não incriminadoras explicativas.....	437	§ 7.1.3. O recurso às outras técnicas de interpretação.....	456
§ 2.3.1. Contagem do prazo penal.....	437	§ 7.2. O princípio da necessidade penal.....	456
§ 2.3.2. Frações não computáveis da pena.....	438	§ 7.2.1. Atos preparatórios e atos de execução.....	457
§ 2.3.3. Legislação especial.....	438	§ 7.2.2. O furto cometido com destruição de obstáculo.....	458
§ 3. Estrutura das normas penais incriminadoras.....	439	§ 7.3. Princípio da proporcionalidade.....	463
§ 3.1. Normas penais em branco.....	439	§ 7.3.1. O princípio da proibição de excesso.....	463
§ 3.1.1. Origem das normas penais em branco.....	439	§ 7.3.2. O princípio da proibição de proteção insuficiente.....	464
§ 3.1.2. Características das normas penais em branco.....	440	§ 7.4. O princípio da ofensividade.....	465
§ 3.1.3. Classificação das normas penais em branco.....	440	§ 7.5. Princípio da legalidade.....	467
§ 3.1.3.1. Norma penal em branco heteróloga.....	441		

Lição 19

Concurso aparente entre normas penais incriminadoras **469**

§ 1. Nota introdutória.....	469
§ 2. O princípio da especialidade.....	470
§ 2.1. Concurso aparente entre normas penais do Código Penal e legislação penal especial.....	470
§ 2.2. Concurso aparente entre normas penais de leis penais especiais.....	471
§ 2.3. Concurso aparente entre normas penais do Código Penal.....	472
§ 2.4. A especialidade presumida e a especialidade formulada.....	472
§ 2.5. Previsão legal do princípio da especialidade.....	473
§ 2.6. O princípio da especialidade nos Anteprojetos de Código Penal.....	473
§ 2.7. O princípio da especialidade na legislação estrangeira.....	474
§ 2.8. Ofensa ao mesmo bem jurídico tutelado?.....	474
§ 2.9. Consequência da estrutura lógica determinante da relação de especialidade.....	475
§ 3. O princípio da subsidiariedade.....	475
§ 3.1. Ofensa em graus diversos ao mesmo bem jurídico.....	475
§ 3.2. Pluralidade de bens jurídicos na norma penal primária.....	476
§ 3.3. Subsidiariedade expressa.....	477
§ 3.4. Subsidiariedade tácita.....	477
§ 3.5. O princípio da subsidiariedade nos Anteprojetos de Código Penal.....	478
§ 3.6. O princípio da subsidiariedade na legislação estrangeira.....	478
§ 3.7. Consequência da estrutura jurídica determinante da relação de subsidiariedade.....	479
§ 3.8. Haveria necessidade do princípio da subsidiariedade?.....	480
§ 3.9. O dogma da ofensividade e o concurso aparente de norma penal incriminadora.....	481
§ 4. O princípio da consunção.....	482
§ 4.1. Crimes complexos.....	482
§ 4.2. Crimes não propriamente complexos.....	483
§ 4.3. Ato típico acompanhantes.....	483
§ 4.4. A não identidade entre os bens jurídicos tutelados.....	484
§ 4.5. O princípio da consunção nos Anteprojetos de Código Penal.....	484

§ 4.6. O princípio da consunção na legislação estrangeira.....	485
§ 4.7. Consequência da estrutura jurídica determinante da relação de consunção.....	485
§ 5. Pluralidade de fatos concretos e concurso aparente de normas.....	485
§ 5.1. Distinção entre ato e crime.....	486
§ 5.2. Antefactum não punível.....	486
§ 5.2.1. Crime progressivo.....	486
§ 5.2.2. Progressão criminosa.....	487
§ 5.3. Postfactum não punível.....	487
§ 5.3.1. Postfactum não punível e concurso de crimes.....	488
§ 6. Relações entre o concurso aparente de normas e o concurso efetivo de crimes.....	490
§ 6.1. Concurso aparente de normas e concurso formal de crimes.....	490
§ 6.2. Concurso aparente de normas e concurso material de crimes.....	490
§ 6.3. Pluralidade de fatos na norma penal incriminadora.....	491
§ 6.4. Pluralidade de resultados lesivos e crime único.....	492
§ 6.5. Pluralidades de resultados: bem jurídico individual e bem jurídico difuso.....	492

Lição 20

Classificação dos crimes **495**

§ 1. Nota introdutória.....	495
§ 2. Classificação segundo o sujeito ativo do crime.....	496
§ 2.1. Crime comum.....	496
§ 2.2. Crime especial.....	496
§ 2.2.1. Classificação do crime especial.....	497
§ 2.2.2. Comunicabilidade da circunstância pessoal.....	497
§ 2.2.3. Incomunicabilidade da circunstância pessoal.....	498
§ 2.3. Crime de mão própria.....	498
§ 3. Classificação segundo a necessidade da pluralidade de agentes.....	498
§ 3.1. Crimes necessariamente plurissubjetivos próprios.....	499
§ 3.2. Crimes necessariamente plurissubjetivos impróprios.....	499
§ 3.3. Crimes necessariamente plurissubjetivos convergentes e divergentes.....	500
§ 3.4. Pluralidade implicitamente e explicitamente prevista.....	500

§ 3.5. Crimes multitudinários.....	500
§ 4. Classificação segundo o sujeito passivo do crime.....	501
§ 4.1. Crime comum e especial.....	501
§ 4.2. Crime de subjetividade única e cúmplice.....	501
§ 4.3. Crime vago.....	501
§ 5. Classificação segundo as formas de comportamento.....	501
§ 5.1. Crime comissivo.....	502
§ 5.1.1. Crime comissivo plurissubsistente.....	502
§ 5.1.2. Crime comissivo unissubsistente.....	502
§ 5.1.3. Crimes habituais.....	503
§ 5.2. Crime omissivo.....	503
§ 5.2.1. Crime omissivo próprio.....	503
§ 5.2.2. Crime omissivo impróprio.....	503
§ 6. Classificação segundo a ofensa ao bem jurídico-penal.....	504
§ 6.1. Crimes de perigo individual e coletivo.....	504
§ 6.2. Crimes de perigo abstrato e concreto.....	505
§ 7. Classificação segundo a descrição de um resultado lesivo.....	505
§ 7.1. Crime material.....	506
§ 7.2. Crime formal.....	506
§ 7.3. Crime de mera conduta.....	506
§ 7.4. Dupla classificação.....	507
§ 8. Classificação segundo o resultado pretendido.....	507
§ 8.1. Crime consumado.....	507
§ 8.1.1. Crimes de consumação instantânea.....	507
§ 8.1.2. Crimes de consumação permanente.....	508
§ 8.1.3. Crimes a prazo.....	508
§ 8.2. Crime tentado.....	509
§ 8.3. Crime de atentado.....	509
§ 9. Classificação segundo as circunstâncias típicas diferenciadoras.....	509
§ 9.1. Crime básico.....	509
§ 9.2. Crime qualificado.....	510
§ 9.3. Crime privilegiado.....	510
§ 10. Classificação segundo o grau de ofensividade da conduta.....	510

PARTE II

TEORIA DO DELITO

(Art. 13 ao art. 31 do Código Penal)

Lição 21

Evolução histórica da teoria do delito

515

§ 1. Considerações gerais.....	515
§ 2. O conceito analítico de crime.....	515
§ 2.1. Os conceitos bipartido e tripartido de delito.....	516
§ 2.2. As etapas do conceito de crime.....	517
§ 3. Conceito clássico de crime.....	517
§ 3.1. Os predicados negativos da conduta.....	518
§ 3.2. O conceito de tipo.....	518
§ 4. Conceito neoclássico de crime.....	519
§ 4.1. O tipo de injusto.....	520
§ 4.2. A culpabilidade psicológico- normativa.....	521
§ 5. Conceito de crime no finalismo.....	521
§ 5.1. O tipo complexo.....	522
§ 5.2. A concepção da antijuridicidade.....	523
§ 5.3. A culpabilidade normativa.....	523
§ 5.4. A herança finalista.....	523
§ 6. O pós-finalismo.....	524
§ 6.1. O conceito de crime no modelo funcional moderado.....	524
§ 6.2. O conceito de crime no modelo funcional sistêmico.....	526
§ 6.3. O conceito de crime no modelo funcional redutor.....	527

Lição 22

As teorias da conduta humana

529

§ 1. Por que estudar hoje o conceito de conduta?.....	529
§ 2. A conduta humana na fase causal-naturalista.....	530
§ 2.1. O movimento corpóreo.....	530
§ 2.2. O movimento voluntário.....	531
§ 2.3. A modificação no mundo exterior.....	531
§ 2.4. O nexo de causalidade.....	531
§ 2.5. Os crimes omissivos.....	531
§ 2.6. Outras críticas.....	533
§ 3. A conduta humana na fase neokantiana.....	533
§ 3.1. A orientação de Radbruch.....	534
§ 3.2. A orientação de Mezger.....	534
§ 3.3. A orientação de Schmidt.....	535
§ 3.4. Pontos críticos.....	535
§ 4. A conduta humana na fase finalista.....	536

§ 4.1. O embasamento teórico de Hans Welzel.....	536	§ 10. Núcleo do tipo e tipos penais mistos.....	561
§ 4.2. A definição de conduta como estrutura lógico-objetiva.....	537	§ 10.1. A pluralidade de verbos no tipo penal e a dicotomia classificatória.....	561
§ 4.3. A antecipação biocibernética do resultado.....	537	§ 10.2. Unicidade ou pluralidade de condutas.....	562
§ 4.4. A estrutura welzeliana de conduta humana.....	537	§ 11. Tipo e crime omissivo.....	563
§ 4.5. A função negativa da conduta humana no finalismo.....	538	§ 12. Tipicidade nos crimes de perigo.....	564
§ 4.5.1. A coação física irresistível.....	538	§ 13. Relação de tipicidade com os demais requisitos do delito.....	564
§ 4.5.2. Os atos reflexos.....	539	Lição 24	
§ 4.5.3. Os estados de inconsciência.....	539	A teoria do tipo penal subjetivo	567
§ 4.6. Os crimes omissivos.....	540	§ 1. Tipo penal subjetivo.....	567
§ 5. A conduta humana na fase pós-finalista.....	540	§ 2. Responsabilidade penal e responsabilidade civil.....	567
§ 5.1. A concepção de conduta no funcionalismo teleológico-racional.....	541	§ 3. Dolo e culpa: uma primeira distinção.....	568
§ 5.2. O conceito negativo de conduta.....	542	§ 4. Crime doloso.....	569
§ 5.3. A concepção significativa da ação.....	543	§ 4.1. Teorias do dolo.....	570
§ 5.4. Conceito jurídico-comunicativo de ação.....	545	§ 4.2. Elemento cognitivo do dolo.....	570
§ 6. Proposta de um conceito de ação como manifestação da autonomia.....	545	§ 4.3. Elemento volitivo do dolo.....	571
Lição 23		§ 4.3.1. A crise do elemento volitivo do dolo.....	572
A teoria do tipo penal objetivo	549	§ 4.3.2. Críticas ao conceito volitivo de dolo.....	572
§ 1. Conceito de tipo penal.....	549	§ 4.3.3. Dolo puramente cognitivo.....	574
§ 1.1. Tipo e tipicidade.....	550	§ 4.3.4. Demais conceitos contrários ao conceito volitivo de dolo.....	574
§ 2. O desenvolvimento do conceito de tipo.....	551	§ 5. Espécies de dolo.....	576
§ 3. Funções do tipo penal.....	552	§ 5.1. Dolo direto.....	576
§ 3.1. Função de garantia.....	553	§ 5.1.1. Dolo direto de primeiro grau.....	577
§ 3.2. Função em referência à regulação do erro.....	553	§ 5.1.2. Dolo direto de segundo grau.....	577
§ 3.3. Função sistemática.....	554	§ 5.2. Dolo eventual.....	578
§ 3.4. Função interpretativa.....	554	§ 5.3. A diferenciação entre as categorias de dolo.....	579
§ 4. Tipo objetivo e tipo subjetivo.....	555	§ 5.4. Dimensão temporal do dolo.....	580
§ 5. Desvalor da ação e desvalor do resultado.....	556	§ 6. Crime culposo.....	580
§ 6. Tipicidade formal e tipicidade material.....	557	§ 6.1. Nomenclatura.....	581
§ 7. Sujeitos da conduta típica.....	558	§ 6.2. Princípio da legalidade.....	582
§ 8. Objeto material e objeto jurídico.....	558	§ 6.3. Princípio da proporcionalidade.....	583
§ 9. Elementos do tipo objetivo.....	559	§ 6.4. Princípio da culpabilidade.....	583
§ 9.1. Remissão direta às causas de justificação?.....	560	§ 6.4.1. O homem médio na jurisprudência.....	584
§ 9.2. Elementos científicos do tipo.....	560	§ 6.4.2. Alternativa teórica à figura do homem médio.....	584
		§ 6.5. Crime culposo e imputação objetiva.....	585
		§ 7. Elementos da culpa.....	585

§ 7.1. <i>A inobservância do dever de cuidado objetivo</i>	586	§ 2.1.5. <i>A superação da teoria da conditio sine qua non</i>	607
§ 7.1.1. <i>Alcance da ação descuidada</i>	586	§ 2.2. <i>A teoria da causalidade adequada</i>	608
§ 7.2. <i>A previsibilidade objetiva do resultado</i>	587	§ 2.2.1. <i>Prognose posterior objetiva</i>	608
§ 7.3. <i>O resultado involuntário</i>	588	§ 2.2.2. <i>Vantagens da teoria da adequação</i>	609
§ 8. <i>Modalidades de culpa</i>	588	§ 2.2.3. <i>A teoria da adequação como uma teoria de imputação</i>	610
§ 8.1. <i>Imprudência</i>	589	§ 2.3. <i>A teoria da relevância</i>	610
§ 8.2. <i>Negligência</i>	589	§ 2.4. <i>A teoria da condição conforme a uma lei natural</i>	612
§ 8.3. <i>Imperícia</i>	589	§ 2.5. <i>A teoria INUS</i>	612
§ 9. <i>Espécies de culpa</i>	589	§ 3. <i>Teoria das concausas</i>	614
§ 9.1. <i>Culpa inconsciente</i>	590	§ 3.1. <i>As causas antecedentes, supervenientes e concomitantes</i>	614
§ 9.2. <i>Culpa consciente</i>	590	§ 3.2. <i>Causas absolutamente e relativamente independentes</i>	615
§ 10. <i>Distinção entre dolo eventual e culpa consciente</i>	591	§ 3.2.1. <i>As causas absolutamente independentes</i>	615
§ 10.1. <i>Teorias volitivas</i>	591	§ 3.2.2. <i>As causas relativamente independentes</i>	615
§ 10.1.1. <i>Teoria do consentimento</i>	591	§ 3.2.3. <i>Posicionamento crítico</i>	615
§ 10.1.2. <i>Teoria da indiferença</i>	592	Lição 26	
§ 10.2. <i>Teorias cognitivas</i>	592	A imputação objetiva	617
§ 10.2.1. <i>Teoria da representação</i>	592	§ 1. <i>Antecedentes históricos</i>	617
§ 10.2.2. <i>Teoria da probabilidade</i>	592	§ 2. <i>A imputação como uma teoria de conduta típica</i>	619
§ 10.2.3. <i>Teoria da qualidade do perigo conscientemente criado</i>	593	§ 3. <i>O sono profundo da teoria da imputação objetiva</i>	619
§ 10.3. <i>Culpa temerária</i>	594	§ 4. <i>A moderna teoria da imputação objetiva</i>	620
§ 11. <i>Demais elementos subjetivos do tipo</i>	596	§ 5. <i>O desvalor da ação e o desvalor do resultado</i>	621
§ 11.1. <i>Elementos subjetivos do injusto</i>	597	§ 6. <i>O conceito de imputação objetiva</i>	621
§ 11.1.1. <i>Delitos de intenção</i>	597	§ 7. <i>Os pressupostos da imputação objetiva</i>	622
§ 11.1.2. <i>Delitos de tendência intensificada</i>	597	§ 7.1. <i>A criação do risco juridicamente proibido</i>	622
§ 11.1.3. <i>Delitos de expressão</i>	598	§ 7.1.1. <i>A exclusão da imputação em caso de diminuição do risco</i>	622
§ 12. <i>Crime preterdoloso</i>	598	§ 7.1.2. <i>A exclusão da imputação em caso de ausência de criação de perigo ou riscos juridicamente irrelevantes</i>	623
§ 13. <i>Teoria da cegueira deliberada</i>	599	§ 7.1.3. <i>A exclusão da imputação objetiva em caso de risco não permitido</i>	624
§ 13.1. <i>Cegueira deliberada e dolo eventual</i>	602	§ 7.2. <i>A realização do risco não permitido</i>	624
§ 7.2.1. <i>A exclusão da imputação no caso de ausência de realização do perigo</i>	625	§ 7.2.1. <i>A exclusão da imputação no caso de ausência de realização do perigo</i>	625
§ 7.2.2. <i>A exclusão da imputação nos casos de não realização do risco proibido</i>	625	§ 7.2.2. <i>A exclusão da imputação nos casos de não realização do risco proibido</i>	625
Lição 25			
Relação de causalidade	603		
§ 1. <i>Nexo de causalidade</i>	603		
§ 1.1. <i>Causalidade e tipicidade</i>	604		
§ 2. <i>Causa no direito penal</i>	604		
§ 2.1. <i>A teoria da conditio sine qua non e as ciências naturais</i>	604		
§ 2.1.1. <i>A paternidade da teoria da conditio sine qua non</i>	605		
§ 2.1.2. <i>A teoria da conditio sine qua non no Código Penal brasileiro</i>	605		
§ 2.1.3. <i>O processo de eliminação hipotética</i>	606		
§ 2.1.4. <i>Críticas à teoria da conditio sine qua non</i>	606		

§ 7.2.3. <i>A exclusão da imputação no caso de resultados não compreendidos no âmbito de proteção da norma de cuidado</i>	626	§ 1.3.2. <i>Particulares considerações sobre o desvalor do resultado</i>	662
§ 7.2.4. <i>Conduta alternativa conforme o direito e a teoria do incremento do risco</i>	628	§ 1.3.3. <i>Particulares considerações sobre o alcance do tipo penal</i>	663
§ 7.3. <i>O alcance do tipo penal</i>	629	§ 1.3.4. <i>Conclusões</i>	663
§ 7.3.1. <i>A contribuição a uma autocolocação em perigo dolosa</i>	630	§ 1.4. <i>O caso da marcha à ré</i>	664
§ 7.3.2. <i>A heterocolocação em perigo consentida</i>	632	§ 1.5. <i>O caso do atropelamento fora da faixa de pedestre</i>	664
§ 7.3.3. <i>A imputação à esfera da responsabilidade alheia</i>	634	§ 1.6. <i>Considerações gerais sobre os casos</i>	665
§ 7.3.4. <i>A delimitação ao alcance do tipo pelo princípio da confiança</i>	634	§ 1.7. <i>Emissão de debêntures</i>	665
		§ 1.8. <i>Princípio da confiança, relação de superioridade hierárquica e distribuição de tarefas</i>	666
Lição 27		§ 2. A codificação da imputação objetiva no Anteprojeto do Código Penal	668
Outras concepções de imputação objetiva	637	§ 2.1. <i>A não substituição da causalidade pela imputação objetiva</i>	669
§ 1. <i>Nota introdutória</i>	637	§ 2.2. <i>A legalização de uma doutrina penal</i>	669
§ 2. <i>A imputação objetiva de Jakobs</i>	637	§ 2.3. <i>A Parte Geral de 1984</i>	670
§ 2.1. <i>A imputação do comportamento</i>	638	Lição 29	
§ 2.1.1. <i>Limites à imputação do comportamento</i>	639	Os crimes omissivos	673
§ 2.1.1.1. <i>Riscos permitidos</i>	639	§ 1. <i>Conceito de omissão</i>	673
§ 2.1.1.2. <i>Princípio da confiança</i>	639	§ 2. <i>Omissão no direito penal</i>	674
§ 2.1.1.3. <i>Proibição de regresso</i>	640	§ 3. <i>Crimes omissivos</i>	675
§ 2.1.1.4. <i>Competência da vítima</i>	641	§ 4. <i>Elementos comuns nos crimes omissivos</i>	676
§ 2.1.2. <i>A imputação do resultado</i>	642	§ 4.1. <i>Existência de situação típica</i>	676
§ 3. <i>A imputação objetiva de Frisch</i>	643	§ 4.2. <i>Ausência de ação devida</i>	676
§ 4. <i>A imputação objetiva de Puppe</i>	646	§ 4.3. <i>Capacidade de atuação</i>	677
§ 4.1. <i>As leis causais probabilísticas</i>	647	§ 5. <i>Critérios de distinção</i>	677
Lição 28		§ 6. <i>Crimes omissivos próprios</i>	678
A práxis da imputação objetiva	651	§ 7. <i>Crimes omissivos impróprios</i>	679
§ 1. <i>Imputação objetiva na jurisprudência brasileira</i>	651	§ 7.1. <i>Posição de garantidor</i>	679
§ 1.1. <i>O caso do mergulhador</i>	652	§ 7.1.1. <i>Obrigação de cuidado derivada da lei</i>	681
§ 1.1.1. <i>Particulares considerações sobre o desvalor da ação</i>	652	§ 7.1.2. <i>Obrigação de cuidado derivada da vontade própria</i>	682
§ 1.2. <i>O caso do radar eletrônico na curva em "S"</i>	654	§ 7.1.2.1. <i>Compliance officer e papel de garante</i>	682
§ 1.2.1. <i>Particulares considerações sobre o desvalor da ação</i>	657	§ 7.1.3. <i>Obrigação de cuidado derivada da ingerência</i>	683
§ 1.2.2. <i>Particulares considerações sobre o desvalor do resultado</i>	659	§ 7.1.4. <i>Surgimento do dever concreto de agir</i>	685
§ 1.2.3. <i>Particulares considerações sobre o alcance do tipo penal</i>	660	§ 7.1.5. <i>Possibilidade de agir para se evitar o resultado</i>	685
§ 1.3. <i>O caso do afogamento</i>	661	§ 7.2. <i>Necessidade do resultado</i>	686
§ 1.3.1. <i>Particulares considerações sobre o desvalor da ação</i>	661	§ 7.2.1. <i>Limites de atuação do garante e competência do ofendido</i>	686

§ 7.2.1.1. Quando a vítima obriga a intervenção.....	687	§ 12.3.2. Representação de um grau de perigo impune.....	707
§ 7.2.1.2. Atividade conjuntamente organizada entre ofendido e garante.....	687	§ 12.3.3. Representação de uma extensão intolerável do perigo.....	708
§ 7.2.1.3. Vítimas especialmente descuidadas que sofrem uma lesão.....	687	§ 12.4. Tentativa e sistema de vigilância.....	708
§ 7.3. Nexo de causalidade e imputação objetiva na omissão imprópria.....	688	§ 12.5. Impunibilidade do crime de ensaio.....	709
§ 7.3.1. Relação entre omissão e resultado.....	688	§ 13. Desistência voluntária e arrependimento eficaz.....	709
§ 7.4. As funções que emanam da posição de garante.....	689	§ 13.1. Desistência voluntária.....	710
§ 7.4.1. Proteção do bem jurídico.....	689	§ 13.2. Arrependimento eficaz.....	710
§ 7.4.2. Dever de vigilância de uma fonte de perigo.....	690	§ 14. Arrependimento posterior.....	711
§ 7.4.3. Garantidor próprio e garantidor impróprio.....	690	§ 14.1. Modo de execução do delito.....	711
§ 7.4.4. A posição de garante como critério diferenciador dos crimes omissivos.....	691	§ 14.2. Reparação do dano ou restituição da coisa.....	711
§ 8. Elementos subjetivos do crime omissivo.....	692	§ 14.3. Limite temporal.....	712
§ 9. Participação por omissão.....	693	§ 14.4. Voluntariedade do agente.....	712
Lição 30		§ 15. Exaurimento do crime.....	713
Consumação e tentativa	695	Lição 31	
§ 1. As fases do crime.....	695	Antijuridicidade	715
§ 2. Crime consumado.....	696	§ 1. Conceito de antijuridicidade.....	715
§ 3. Tentativa.....	696	§ 2. Relação entre tipicidade e antijuridicidade.....	716
§ 3.1. Aspectos da tentativa.....	696	§ 2.1. Tipicidade como indicio de antijuridicidade.....	716
§ 3.2. Elementos da tentativa.....	697	§ 2.1.1. Injusto como limitação do poder punitivo.....	717
§ 4. Fundamentos da tentativa.....	697	§ 2.2. Teoria dos elementos negativos do tipo.....	718
§ 5. Punição da tentativa.....	698	§ 2.3. Teoria da tipicidade conglobante.....	719
§ 6. Atos preparatórios e atos de execução.....	699	§ 2.4. Tipos penais abertos e conteúdo da proibição.....	722
§ 6.1. A lei “antiterrorismo”.....	700	§ 3. Antijuridicidade formal e antijuridicidade material.....	722
§ 7. Tentativa completa (ou acabada) e tentativa incompleta (ou inacabada).....	701	§ 4. Antijuridicidade objetiva e antijuridicidade subjetiva.....	723
§ 8. Tentativa branca ou cruenta.....	701	§ 5. Antijuridicidade concreta.....	724
§ 9. Tentativa e crime culposo.....	702	§ 6. Causas de justificação.....	724
§ 10. Tentativa e dolo eventual.....	702	§ 7. Estado de necessidade.....	725
§ 11. Infrações que não admitem tentativa.....	704	§ 7.1. Requisitos legais.....	726
§ 12. Tentativa inidônea ou crime impossível.....	705	§ 7.1.1. Perigo atual não provocado.....	726
§ 12.1. Ineficácia absoluta do meio.....	705	§ 7.1.2. Inevitabilidade do sacrifício ao bem jurídico.....	726
§ 12.2. Inpropriedade absoluta do objeto.....	706	§ 7.1.3. Estado de necessidade próprio ou alheio.....	726
§ 12.3. Formas de fins delitivos inofensivos.....	707	§ 7.1.4. Inexigibilidade do sacrifício.....	727
§ 12.3.1. Tentativa supersticiosa.....	707	§ 7.2. Dever legal de enfrentar o perigo.....	727
		§ 7.3. Estado de necessidade justificante ou exculpante.....	727

§ 7.3.1. Estado de necessidade justificante agressivo e defensivo.....	728	§ 4. Evolução do conceito de culpabilidade.....	751
§ 7.4. Ponderação de interesses no estado de necessidade.....	729	§ 4.1. Conceito puramente psicológico.....	752
§ 8. Legítima defesa.....	729	§ 4.2. Transição do conceito psicológico para o normativo.....	752
§ 8.1. Requisitos legais.....	730	§ 4.3. Conceito normativo puro.....	753
§ 8.1.1. Agressão injusta.....	730	§ 4.4. Concepções pós-finalistas.....	754
§ 8.1.2. Agressão atual ou iminente.....	730	§ 5. A culpabilidade como fundamento e limite da pena.....	754
§ 8.1.3. Legítima defesa própria ou de terceiro.....	731	§ 6. Fundamento da culpabilidade.....	755
§ 8.1.3.1. Legítima defesa de terceiros específica.....	731	§ 6.1. Culpabilidade como poder agir diversamente.....	755
§ 8.1.4. Proporcionalidade na repulsa.....	732	§ 6.2. Culpabilidade como ausência de motivação jurídica.....	755
§ 8.2. Legítima defesa sucessiva.....	734	§ 6.3. Culpabilidade como receptividade normativa.....	756
§ 8.3. Legítima defesa recíproca.....	734	§ 6.4. Culpabilidade em perspectiva política.....	757
§ 8.4. Legítima defesa putativa.....	734	§ 6.5. Culpabilidade como responsabilidade social.....	757
§ 9. Estrito cumprimento de dever legal.....	735	§ 6.6. A culpabilidade penal a partir da filosofia da linguagem do Círculo de Bakhtin.....	757
§ 10. Exercício regular de direito.....	736	§ 7. Culpabilidade e responsabilidade.....	758
§ 11. Consentimento do ofendido.....	738	§ 8. Elementos da culpabilidade.....	759
§ 11.1. Conceito.....	738	§ 8.1. Imputabilidade.....	760
§ 11.2. Função dogmática.....	738	§ 8.1.1. Critérios de definição da imputabilidade.....	760
§ 11.3. Um paradigma dualista.....	739	§ 8.1.1.1. Idade mínima.....	760
§ 11.3.1. Acordo.....	739	§ 8.1.1.2. Saúde mental.....	761
§ 11.3.2. Consentimento propriamente dito.....	739	§ 8.1.2. Semi-imputabilidade.....	762
§ 11.4. Requisitos de validade.....	740	§ 8.1.2.1. Doença mental e desenvolvimento mental incompleto.....	762
§ 11.5. Natureza jurídica.....	741	§ 8.1.3. Inimputabilidade.....	763
§ 11.5.1. Declaração de conformidade de vontades.....	741	§ 8.1.3.1. Menores de 18 anos.....	763
§ 11.5.2. Acordo de natureza civil (negócio jurídico).....	741	§ 8.1.4. Superveniência de doença mental.....	764
§ 11.5.3. Ausência de motivos antissociais.....	742	§ 8.2. Potencial conhecimento da ilicitude.....	765
§ 11.5.4. Ausência de interesse.....	743	§ 8.3. (In)exigibilidade de conduta diversa.....	766
§ 11.5.5. Exercício de liberdade de ação do portador do bem jurídico.....	744	§ 8.3.1. Inexigibilidade de conduta diversa e os crimes econômicos.....	768
§ 12. Excesso nas causas de justificação.....	745	§ 9. Questões especiais.....	768
§ 12.1. Excesso como causa de exculpação.....	746	§ 9.1. A questão do indígena.....	769
§ 12.2. Excesso como não exigibilidade.....	747	§ 9.2. A questão da embriaguez.....	771
§ 12.3. Excesso como erro de proibição.....	747	§ 9.2.1. <i>Actio libera in causa</i> e seus fundamentos.....	772
Lição 32		§ 9.2.2. Caso fortuito e força maior.....	773
Culpabilidade	749	§ 9.2.3. Dolo eventual.....	773
§ 1. Noções introdutórias.....	749	§ 9.3. A questão da coação irresistível.....	774
§ 2. A culpabilidade como um requisito do delito.....	750	§ 9.4. A questão da obediência hierárquica.....	775
§ 3. Livre-arbítrio e determinismo.....	750	§ 9.5. As questões da emoção e paixão.....	776

§ 9.6. Excludentes supralegais de culpabilidade.....	777	§ 9.3. Erro de proibição evitável e inevitável.....	808
§ 9.6.1. Excesso das causas de justificação.....	778	§ 9.4. Erro de proibição direto e indireto.....	809
§ 9.6.2. Culpabilidade.....	779	§ 9.5. Erro de proibição mandamental.....	809
§ 9.6.2.1. A culpabilidade pela vulnerabilidade.....	781	§ 10. Erro e dúvida sobre a proibição.....	810
§ 9.6.3. Fato de convicção e fato de consciência.....	782	§ 11. Erro e lei penal em branco.....	811
§ 9.6.4. Favorecimento pessoal e familiar do criminoso.....	784	§ 11.1. Erro de proibição no direito penal econômico.....	814
§ 10. Responsabilidade penal da pessoa jurídica.....	785	Lição 34	
§ 10.1. O posicionamento majoritário.....	785	Concurso de pessoas	817
§ 10.2. O posicionamento dissidente.....	786	§ 1. Conceito.....	817
§ 10.3. O critério da dupla imputação.....	786	§ 1.1. Concurso de pessoas como problema de tipicidade.....	817
§ 10.4. Direito comparado.....	787	§ 2. Requisitos.....	818
§ 10.5. A responsabilidade penal da pessoa jurídica no projeto do novo Código Penal.....	788	§ 3. Conceito de autor.....	819
§ 10.6. A posição dos autores.....	788	§ 3.1. Conceito extensivo de autor.....	819
§ 11. Culpabilidade e neurociência.....	790	§ 3.2. Conceito restritivo de autor.....	820
Lição 33		§ 3.2.1. Teorias subjetivas.....	820
Teoria do erro em direito penal	793	§ 3.2.2. Teorias objetivas.....	821
§ 1. Explicação preliminar.....	793	§ 3.2.2.1. Teoria formal-objetiva.....	821
§ 2. Conceito de erro.....	793	§ 3.2.2.2. Teoria material-objetiva.....	821
§ 3. A superação da dicotomia “erro de fato” e “erro de direito”.....	794	§ 3.2.3. Teoria do domínio do fato.....	822
§ 3.1. Teorias do dolo.....	795	§ 3.2.3.1. Formas de domínio do fato.....	823
§ 3.2. Teorias da culpabilidade.....	796	§ 3.2.3.1.1. Domínio da ação.....	823
§ 3.2.1. Teoria estrita da culpabilidade.....	796	§ 3.2.3.1.2. Domínio da vontade.....	824
§ 3.2.2. Teoria limitada da culpabilidade.....	796	§ 3.2.3.1.3. Domínio funcional do fato.....	826
§ 4. Erro de tipo.....	797	§ 3.2.3.1.4. Concursos de pessoas no âmbito empresarial.....	826
§ 4.1 Erro de tipo incriminador venível e invenível.....	798	§ 3.2.3.2. Equívocos sobre o domínio do fato.....	828
§ 4.2. Erro sobre elementos acidentais.....	799	§ 4. Autoria e participação na legislação brasileira.....	828
§ 5. Erro de tipo permissivo.....	799	§ 4.1. Possibilidade legal de diferenciar autor e partícipe.....	830
§ 5.1. Erro de tipo permissivo venível.....	801	§ 5. Modalidades de participação.....	830
§ 5.2. Erro de tipo permissivo invenível.....	801	§ 5.1. Punição da participação.....	831
§ 5.3. Erro sobre a situação de legítima defesa.....	801	§ 5.2. Acessoriedade da participação.....	831
§ 6. Erro determinado por terceiro.....	802	§ 6. Concurso de pessoas em crime culposos.....	832
§ 7. Erro sobre a pessoa.....	803	§ 6.1. Participação em crime culposos.....	833
§ 8. Erro sobre o nexo causal.....	804	§ 7. Concurso de pessoas em crimes omissivos.....	834
§ 9. Erro de proibição.....	804	§ 8. Concurso de pessoas em crimes próprios (delitos especiais).....	834
§ 9.1. Conhecimento da ilicitude e conhecimento da lei.....	805	§ 8.1. Delitos de infração de dever.....	835
§ 9.2. Erro de subsunção.....	807	§ 9. Causalidade intermediada psicologicamente.....	836

§ 10. Participação de menor importância.....	837
§ 11. Participação dolosamente distinta.....	837
§ 12. Participação em tentativa.....	838
§ 13. Participação e ações neutras.....	838
§ 14. Associação criminosa e concurso de pessoas.....	840

PARTE III TEORIA DA INJUNÇÃO DA PENA

(Art. 32 ao art. 120 do Código Penal)

Lição 35

A evolução da pena criminal 843

§ 1. Introdução.....	843
§ 2. A história do penar na Idade Antiga.....	843
§ 3. A história do penar na Idade Moderna.....	844
§ 4. A história do penar na Idade Contemporânea.....	844
§ 5. A história do penar na Idade Pós-moderna.....	845
§ 5.1. Luigi Ferrajoli.....	845
§ 5.2. Claus Roxin.....	846
§ 5.3. Günther Jakobs.....	846
§ 6. A história das penas nos Códigos brasileiros.....	846

Lição 36

Os princípios orientadores da pena criminal 849

§ 1. Introdução.....	849
§ 2. A concepção negativa ou agnóstica da pena.....	850
§ 2.1. Conceito de pena.....	850
§ 2.2. Implicações do conceito de pena.....	851
§ 3. A orientação constitucional.....	851
§ 4. Princípios orientadores da incidência penal.....	852
§ 4.1. Princípio da humanidade penal.....	852
§ 4.2. Princípio da legalidade penal.....	853
§ 4.2.1. O preenchimento judicial das lacunas legislativas.....	854

§ 4.2.2. A fixação da pena-base abaixo do mínimo legal.....	854
§ 4.2.3. A fixação da pena abaixo do mínimo legal pela incidência de circunstância atenuante.....	855
§ 4.3. Princípio da fundamentação penal.....	856
§ 4.4. Princípio da intranscendência penal.....	857
§ 4.5. Princípio da lesividade penal.....	858
§ 4.6. Princípio da culpabilidade penal.....	859
§ 4.7. Princípio da necessidade penal.....	859
§ 4.8. Princípio da proporcionalidade penal.....	860
§ 4.9. Princípio da individualização penal.....	861
§ 4.10. Princípio da proibição do bis in idem.....	863
§ 4.11. Princípio da presunção de inocência.....	863
§ 5. Conclusão.....	864

Lição 37

As espécies de sanções criminais 865

§ 1. Introdução.....	865
§ 1.1. A expressão entre outras.....	865
§ 1.2. As vedações ao poder punitivo estatal.....	866
§ 1.3. O respeito aos direitos civis pela Convenção Interamericana de Direitos Humanos.....	866
§ 1.4. A idade do apenado.....	867
§ 2. As penas no Código Penal.....	867
§ 2.1. As penas principais.....	868
§ 2.2. As penas acessórias.....	868
§ 2.3. As penas substitutivas.....	870
§ 3. As outras sanções penais.....	871
§ 3.1. As medidas de segurança.....	871
§ 3.2. As medidas socioeducativas.....	872

Lição 38

A individualização da pena criminal 873

§ 1. Origem histórica.....	873
§ 2. Sistemas de individualização.....	873
§ 3. A individualização da pena no Brasil Imperial.....	874
§ 4. A individualização da pena no Brasil Republicano.....	874
§ 5. A individualização da pena criminal.....	875
§ 6. A experiência dos países da Common Law.....	876
§ 6.1. Modelo norte-americano de guidelines.....	876
§ 6.2. Modelo inglês de guidelines.....	877

§ 7. A questão terminológica	878	§ 4.3.4. A ofensa à fundamentação na análise da conduta social	900
Lição 39		§ 4.3.5. A análise positiva da conduta social	901
A determinação da pena-base	879	§ 4.4. Personalidade do agente	901
§ 1. Reforçando a necessidade de revisão do discurso tradicional	879	§ 4.4.1. A ofensa à legalidade na análise da personalidade do agente	901
§ 1.1. A reprovação do crime	879	§ 4.4.2. A ofensa à culpabilidade na análise da personalidade do agente	903
§ 1.2. A prevenção do crime	881	§ 4.4.3. A ofensa à fundamentação na análise da personalidade do agente	904
§ 1.2.1. A prevenção especial positiva	881	§ 4.4.4. A ofensa à presunção de inocência na análise da personalidade do agente	904
§ 1.2.2. A prevenção especial negativa	882	§ 4.4.5. A ofensa ao <i>ne bis in idem</i> na análise da personalidade do agente	905
§ 1.3. O limite da culpabilidade	882	§ 4.4.6. A ofensa à proporcionalidade na análise da personalidade do agente	905
§ 2. Reforçando a necessidade de aplicação da pena sob um viés constitucional	883	§ 4.5. Motivos	906
§ 3. Conceito de pena-base	883	§ 4.6. As circunstâncias do crime	907
§ 4. Circunstâncias judiciais	884	§ 4.7. As consequências do crime	908
§ 4.1. Culpabilidade	884	§ 4.8. Comportamento da vítima	911
§ 4.1.1. Como não proceder na valoração da culpabilidade para fixação da pena-base	885	§ 5. Síntese da análise judicial das circunstâncias do art. 59 do Código Penal	912
§ 4.1.2. Como proceder na análise da culpabilidade para determinação da pena-base	887	§ 6. A eleição da pena principal (CP, art. 59, I)	912
§ 4.1.3. A demarcação da culpabilidade na fixação da pena-base pelo conteúdo do injusto	888	§ 6.1. Nova lacuna legislativa	913
§ 4.1.4. Culpabilidade e culpabilidade pela vulnerabilidade	889	§ 6.2. O movimento da luta contra a pena de prisão	913
§ 4.1.5. A atração pela culpabilidade das demais circunstâncias judiciais	890	§ 6.3. A necessidade de aplicação da pena de multa diante da realidade carcerária no Brasil	914
§ 4.2. Antecedentes	891	§ 7. A quantidade de pena aplicável (CP, art. 59, II)	914
§ 4.2.1. A violação do <i>ne bis in idem</i> e do devido processo legal na análise dos antecedentes	891	§ 7.1. O ponto de partida para a fixação da pena-base	915
§ 4.2.2. A análise dos antecedentes em face da presunção de inocência	892	§ 7.2. O ponto de chegada da fixação da pena-base	915
§ 4.2.3. A análise dos antecedentes em face da razoabilidade	893	§ 7.3. O valor de cada circunstância judicial	916
§ 4.2.4. A análise dos antecedentes em face da proporcionalidade	894	§ 7.3.1. Um critério matemático	917
§ 4.2.5. A análise dos antecedentes em face da legalidade	895	§ 7.3.2. A ofensa aos princípios constitucionais pela adoção de critério matemático	917
§ 4.2.6. A análise positiva dos antecedentes	896	§ 7.3.2.1. A parcial relativização das críticas pela adoção do critério matemático	918
§ 4.2.7. A interpretação residual de "antecedentes" em outras circunstâncias	897	§ 7.3.2.2. Nova relativização para adoção do critério matemático	919
§ 4.3. Conduta social	898	§ 7.4. A política da pena mínima	919
§ 4.3.1. A ofensa à alteridade na análise da conduta social	899	§ 7.5. A fixação da pena-base abaixo do mínimo legal	920
§ 4.3.2. A ofensa à legalidade na análise da conduta social	899		
§ 4.3.3. A ofensa ao devido processo legal na análise da conduta social	900		

§ 7.6. <i>A predeterminação da pena-base</i>	921	§ 2.6.3. <i>Ministério</i>	941
§ 8. <i>A incidência das circunstâncias judiciais após a definição da pena final</i>	922	§ 2.6.4. <i>Profissão</i>	941
Lição 40		§ 2.7. <i>Pessoas vulneráveis</i>	941
As circunstâncias legais agravantes	925	§ 2.7.1. <i>Criança</i>	942
§ 1. <i>A necessidade de coadunação das circunstâncias agravantes aos princípios constitucionais</i>	925	§ 2.7.2. <i>Idoso</i>	942
§ 1.1. <i>O princípio da individualização penal</i>	925	§ 2.7.3. <i>Enfermo</i>	942
§ 1.2. <i>O princípio da culpabilidade penal</i>	926	§ 2.7.4. <i>Mulher grávida</i>	943
§ 1.3. <i>O princípio da legalidade penal</i>	926	§ 2.8. <i>Imediata proteção da autoridade</i>	943
§ 1.4. <i>O princípio do devido processo penal</i>	927	§ 2.9. <i>Situação de perigo comum</i>	944
§ 1.5. <i>O princípio da razoabilidade penal</i>	928	§ 2.9.1. <i>Incêndio</i>	945
§ 1.6. <i>O princípio da proporcionalidade penal</i>	929	§ 2.9.2. <i>Naufrágio</i>	945
§ 1.7. <i>O princípio ne bis in idem</i>	929	§ 2.9.3. <i>Inundação</i>	945
§ 2. <i>As circunstâncias agravantes relacionadas ao conteúdo do injusto</i>	931	§ 2.10. <i>Desgraça particular</i>	945
§ 2.1. <i>Finalidades do crime</i>	931	§ 3. <i>As circunstâncias agravantes relacionadas ao grau de culpabilidade do delito</i>	946
§ 2.1.1. <i>Conexão teleológica</i>	931	§ 3.1. <i>Motivo fútil</i>	946
§ 2.1.2. <i>Conexão consequencial</i>	932	§ 3.2. <i>Motivo torpe</i>	947
§ 2.2. <i>Modos de execução do crime</i>	932	§ 3.3. <i>Ausência de motivo</i>	948
§ 2.2.1. <i>Traição</i>	933	§ 3.4. <i>Estado de embriaguez preordenado</i>	948
§ 2.2.2. <i>Emboscada</i>	933	§ 4. <i>Agravamento no caso de concurso de agentes</i>	949
§ 2.2.3. <i>Dissimulação</i>	933	§ 4.1. <i>Autoria intelectual</i>	949
§ 2.2.4. <i>Surpresa</i>	933	§ 4.2. <i>Coação e induzimento</i>	949
§ 2.3. <i>Meios de execução do crime</i>	934	§ 4.3. <i>Instigação ou determinação</i>	950
§ 2.3.1. <i>Veneno</i>	934	§ 4.4. <i>Paga ou promessa de recompensa</i>	950
§ 2.3.2. <i>Fogo</i>	934	§ 4.5. <i>Crimes plurissubjetivos</i>	950
§ 2.3.3. <i>Explosivo</i>	935	§ 5. <i>Circunstâncias agravantes previstas em leis especiais</i>	951
§ 2.3.4. <i>Tortura</i>	935	§ 6. <i>O incremento de pena no Projeto de Lei do Senado n. 236/2012</i>	951
§ 2.3.5. <i>Repetição de golpes</i>	935	Lição 41	
§ 2.4. <i>Relações de parentesco e casamento</i>	936	A reincidência	953
§ 2.4.1. <i>Ascendência e descendência</i>	936	§ 1. <i>Nota introdutória</i>	953
§ 2.4.2. <i>Irmão</i>	937	§ 2. <i>Reincidência e maus antecedentes</i>	954
§ 2.4.3. <i>Casamento civil</i>	937	§ 3. <i>Critérios de interpretação</i>	955
§ 2.5. <i>Relações no âmbito privado</i>	938	§ 4. <i>Prazo expurgador da reincidência</i>	955
§ 2.5.1. <i>Abuso de autoridade</i>	938	§ 5. <i>Cômputo do sursis e do livramento condicional</i>	956
§ 2.5.2. <i>Relação doméstica</i>	938	§ 6. <i>Exclusão da reincidência</i>	956
§ 2.5.3. <i>Relação de coabitação</i>	938	§ 6.1. <i>Contravenções penais</i>	957
§ 2.5.4. <i>Relação de hospitalidade</i>	939	§ 6.2. <i>Casos de perdão judicial</i>	957
§ 2.5.5. <i>Violência doméstica</i>	939	§ 6.3. <i>Casos de transação penal</i>	957
§ 2.6. <i>Abuso de poder ou violação de dever</i>	939	§ 6.4. <i>Condenação anterior à pena de multa (originária ou substitutiva)</i>	957
§ 2.6.1. <i>Cargo</i>	940		
§ 2.6.2. <i>Ofício</i>	940		

§ 6.5. Crime culposos e crime doloso não específico.....	959	§ 4.2. Reparação atenuante.....	981
§ 7. Classificação da reincidência.....	960	§ 4.3. Confissão.....	982
§ 8. Fundamento.....	960	§ 4.3.1. Espontaneidade da confissão.....	982
§ 9. A inconstitucionalidade da reincidência.....	961	§ 4.3.2. A confissão perante autoridade.....	983
§ 10. Ainda sobre a inconstitucionalidade da reincidência.....	964	§ 4.3.3. A desnecessidade de arrependimento.....	983
§ 11. O princípio ne bis in idem e a reincidência.....	966	§ 4.3.4. Retratação da confissão.....	984
§ 12. O princípio da proporcionalidade e a reincidência.....	968	§ 4.3.5. Confissão qualificada.....	984
§ 13. A reincidência no Anteprojeto de Novo Código Penal.....	969	§ 4.3.6. Confissão parcial.....	985
Lição 42		§ 4.3.7. Confissão de fato diverso.....	986
As circunstâncias legais atenuantes 971		§ 4.3.8. Confissão e delação premiada.....	986
§ 1. A limitação do poder punitivo na fixação da pena intermediária.....	971	§ 4.4. Atenuantes na Lei dos Crimes Ambientais.....	987
§ 2. A circunstância atenuante baseada na motivação do agente.....	972	§ 5. Atenuantes inominadas.....	987
§ 2.1. Motivo de relevante valor social.....	972	§ 5.1. Caráter facultativo ou obrigatório.....	988
§ 2.2. Motivo de relevante valor moral.....	972	§ 5.2. Cobertura total.....	988
§ 2.3. Casos similares.....	973	§ 5.3. Rompimento com a percepção hermética e positivista.....	989
§ 2.4. Atenuação de pena e condutas lícitas.....	973	§ 5.4. Ponderações penais que refletem na incidência das atenuantes atípicas.....	989
§ 2.5. A circunstância como privilégio penal.....	973	§ 5.5. Ponderações de execução penal que refletem na incidência das atenuantes atípicas.....	990
§ 2.6. A não violação do bis in idem.....	974	§ 5.6. Ponderações de processo penal que refletem na incidência das atenuantes atípicas.....	990
§ 3. As circunstâncias atenuantes fundadas numa menor culpabilidade.....	974	§ 6. As atenuantes no Anteprojeto de Novo Código Penal.....	990
§ 3.1. Idade do agente.....	974	§ 6.1. A vedação do bis in idem favorável ao apenado.....	990
§ 3.1.1. Menoridade relativa.....	975	§ 6.2. O rol de circunstâncias atenuantes.....	991
§ 3.1.2. Idosos.....	975	§ 6.3. As circunstâncias atenuantes inominadas.....	991
§ 3.1.3. A transição entre atenuação plena e atenuação nula.....	976	Lição 43	
§ 3.2. Desconhecimento da lei.....	977	O cálculo das circunstâncias legais 993	
§ 3.3. Hipóteses que limitam a autodeterminação do agente.....	978	§ 1. O princípio da proporcionalidade.....	993
§ 3.3.1. Coações física e moral.....	978	§ 2. Limites para as circunstâncias legais.....	993
§ 3.3.2. Ordem aparentemente legal e manifestamente ilegal.....	979	§ 2.1. Atenuantes especiais da pena.....	994
§ 3.3.3. Influência de violenta emoção.....	979	§ 2.2. O entendimento sumulado.....	994
§ 3.3.4. Casos similares.....	979	§ 2.2.1. Pena zero.....	996
§ 3.4. Multidão em tumulto.....	980	§ 2.2.2. Estelionato judicial.....	996
§ 4. As circunstâncias atenuantes que procedem de considerações político-criminais.....	981	§ 2.2.3. O argumento da estrita legalidade.....	997
§ 4.1. Arrependimento atenuante.....	981	§ 2.2.4. Ainda sobre a estrita legalidade.....	997
		§ 3. Pluralidade de circunstâncias legais.....	998
		§ 4. Concurso de circunstâncias legais.....	998
		§ 4.1. A aparente predominância das circunstâncias agravantes.....	998

§ 4.2. <i>A real predominância das circunstâncias atenuantes</i>	999	§ 8.2. <i>Compensação entre majorantes e minorantes</i>	1012
§ 4.3. <i>A natureza jurídica das circunstâncias atenuantes preponderantes</i>	999	Lição 45	
§ 4.4. <i>Menoridade do agente</i>	1000	A aplicação de pena no concurso de crimes 1015	
§ 5. Concurso de circunstâncias qualificadoras	1000	§ 1. Nota introdutória	1015
Lição 44		§ 2. Sistema de acumulação de penas	1015
A pena definitiva 1003		§ 2.1. <i>Concurso material (real ou efetivo) de crimes</i>	1016
§ 1. A última fase do sistema trifásico	1003	§ 2.1.1. <i>Julgamento de vários fatos puníveis</i>	1016
§ 1.1. <i>Majorantes e minorantes em quantidades fixas</i>	1003	§ 2.1.2. <i>O momento de realização do somatório das penas</i>	1016
§ 1.2. <i>Majorantes e minorantes em quantidade variável</i>	1004	§ 2.1.3. <i>Categorias diversas de penas privativas de liberdade</i>	1017
§ 2. Distinção entre agravantes e majorantes e entre atenuantes e minorantes	1004	§ 2.1.4. <i>Espécies diversas de penas criminais</i>	1017
§ 3. Distinção entre circunstâncias majorantes e qualificadoras	1004	§ 2.1.5. <i>Coexistência entre pena privativa de liberdade e pena restritiva de direitos</i>	1018
§ 4. A compatibilidade entre minorantes e qualificadoras	1005	§ 2.1.6. <i>Coexistência entre penas restritivas de direitos</i>	1019
§ 5. Superação dos limites legais	1006	§ 2.1.7. <i>Suspensão condicional do processo</i>	1020
§ 6. Concurso de majorantes ou minorantes	1006	§ 2.2. <i>Concurso formal (ideal) imperfeito (impróprio)</i>	1020
§ 6.1. <i>Concurso entre minorantes</i>	1007	§ 2.2.1. <i>Falso concurso formal representando modalidade de concurso material</i>	1020
§ 6.2. <i>Concurso entre majorantes</i>	1007	§ 2.2.2. <i>Concurso formal por enganche</i>	1020
§ 6.3. <i>A indevida migração da majorante dispensada</i>	1007	§ 2.2.3. <i>Os limites do dolo em relação aos desígnios autônomos</i>	1021
§ 6.4. <i>A tendência constitucional mitigadora da pena</i>	1008	§ 2.2.4. <i>O momento de realização do somatório das penas</i>	1022
§ 6.5. <i>A analogia in bonam partem</i>	1008	§ 2.3. <i>Concurso das penas de multa</i>	1023
§ 6.5.1. <i>A Lei dos Crimes Ambientais</i>	1009	§ 2.4. <i>Críticas ao sistema da acumulação material</i>	1023
§ 6.5.2. <i>A Lei de Drogas</i>	1009	§ 2.4.1. <i>Critério do cúmulo material temperado</i>	1024
§ 6.5.2.1. <i>Afastamento da causa de diminuição de pena da Lei de Drogas</i>	1009	§ 3. Sistema de exasperação de penas	1024
§ 7. Concurso de crimes	1010	§ 3.1. <i>Concurso formal (ideal) perfeito (próprio)</i>	1025
§ 7.1. <i>A redação originária do Código Penal</i>	1010	§ 3.1.1. <i>O fundamento de aplicação da exasperação</i>	1025
§ 7.2. <i>Individualização em relação a cada pena</i>	1010	§ 3.1.2. <i>A gravidade da infração para escolha da pena cabível</i>	1025
§ 8. Cálculo da pena na terceira fase da dosimetria	1011	§ 3.1.3. <i>O momento de incidência da fração de aumento</i>	1026
§ 8.1. <i>Sistema em cascata</i>	1011	§ 3.1.4. <i>O concurso material benéfico</i>	1026
§ 8.1.1. <i>Concurso de minorantes</i>	1011	§ 3.1.5. <i>O parâmetro para eleição da fração de aumento</i>	1027
§ 8.1.2. <i>Concurso de majorantes</i>	1012		
§ 8.1.3. <i>O critério da incidência diferenciada</i>	1012		

§ 3.1.6. Concurso formal perfeito e crime preterdoloso.....	1028	§ 1.1.2.3. O equívoco na determinação do regime inicial.....	1050
§ 3.1.7. Crimes qualificados pelo resultado e pluralidade de danos.....	1028	§ 1.2. A circunstância legal da reincidência.....	1050
§ 3.1.8. Críticas ao sistema da exasperação.....	1029	§ 2. A releitura das regras legais quanto aos regimes de cumprimento de pena.....	1051
§ 3.2. Crime continuado.....	1030	§ 3. As espécies de penas privativas de liberdade.....	1051
§ 3.2.1. Crime continuado comum (simples).....	1030	§ 4. Os regimes prisionais.....	1052
§ 3.2.1.1. Requisitos objetivos.....	1030	§ 4.1. Regime fechado.....	1052
§ 3.2.1.2. Requisito subjetivo.....	1033	§ 4.1.1. Regime especial.....	1053
§ 3.2.2. Crime continuado específico (qualificado).....	1033	§ 4.1.2. Regime disciplinar diferenciado.....	1053
§ 3.2.3. A exasperação da pena.....	1034	§ 4.2. Regime semiaberto.....	1055
§ 3.2.3.1. A exasperação da pena no crime continuado comum.....	1035	§ 4.3. Regime aberto.....	1055
§ 3.2.3.2. A exasperação da pena no crime continuado específico.....	1036	§ 4.3.1. Prisão domiciliar.....	1056
§ 3.2.3.3. A exasperação da pena para os crimes em concurso formal implementados em continuidade delitiva.....	1037	§ 4.3.1.1. Condenado maior de 70 anos.....	1056
§ 3.2.4. O “verdadeiro” crime continuado.....	1038	§ 4.3.1.2. Condenado com doença grave.....	1057
§ 4. Multa no concurso de crimes.....	1038	§ 4.3.1.3. Condenada com filho menor ou deficiente físico ou mental.....	1057
§ 5. O crime aberrante.....	1039	§ 4.3.1.4. Condenada gestante.....	1058
§ 5.1. Aberratio ictus.....	1040	§ 4.3.1.5. Rol meramente exemplificativo.....	1059
§ 5.2. Aberratio delicti.....	1041	§ 4.3.1.6. Monitoração eletrônica.....	1059
§ 6. Limite de cumprimento da pena privativa de liberdade e os benefícios penais.....	1041	§ 4.4. Prisão comum.....	1060
§ 7. Unificação das penas.....	1043	§ 4.5. Outros locais.....	1060
§ 8. As regras de injunção penal para o concurso de crimes no Anteprojeto do Novo Código Penal.....	1044	§ 5. O sistema progressivo de cumprimento da pena privativa de liberdade.....	1061
Lição 46		§ 5.1. Sistema pensilvaniano ou filadélfico e sistema auburniano.....	1061
Os regimes de cumprimento das penas privativas de liberdade	1047	§ 5.2. Sistema progressivo.....	1061
§ 1. A individualização do regime inicial de cumprimento de pena.....	1047	§ 5.2.1. Transferência para regime menos rigoroso e a progressão por salto.....	1062
§ 1.1. As circunstâncias judiciais constitucionais.....	1048	§ 5.2.2. Transferência do regime semiaberto ao regime aberto.....	1063
§ 1.1.1. A atenção ao princípio da proporcionalidade.....	1048	§ 5.2.3. Requisitos legais.....	1063
§ 1.1.2. A atenção ao princípio da fundamentação.....	1049	§ 5.2.4. Exigências extralegais.....	1064
§ 1.1.2.1. A competência para determinação do regime inicial.....	1049	§ 5.2.5. Competência para progressão de regime.....	1066
§ 1.1.2.2. A omissão na determinação do regime inicial.....	1050	§ 5.2.6. Vedação à progressão.....	1066
		§ 5.2.6.1. Novas frações para progressão por crime hediondo e figuras assemelhadas.....	1067
		§ 5.2.6.2. Inconstitucionalidade do regime fechado.....	1068
		§ 5.2.6.3. Prática de falta grave.....	1068
		§ 5.2.6.4. Cálculo discriminado de pena.....	1069
		§ 5.2.7. Progressão de regime nos crimes contra a Administração Pública.....	1069
		§ 5.2.8. Progressão de regime e categorias especiais de presos.....	1070

§ 5.2.9. <i>Progressão especial para mulheres</i>	1070	§ 7.3.12. <i>O chamamento nominal</i>	1084
§ 5.2.10. <i>Recusa do condenado quanto à progressão de regime</i>	1070	§ 7.3.13. <i>A igualdade de tratamento</i>	1084
§ 6. Regressão de regime	1071	§ 7.3.14. <i>A audiência especial com o diretor do estabelecimento</i>	1085
§ 6.1. <i>Ofensa ao princípio do devido processo legal</i>	1072	§ 7.3.15. <i>O direito de petição</i>	1085
§ 6.2. <i>Ofensa ao princípio da presunção de inocência</i>	1072	§ 7.3.16. <i>O direito à correspondência</i>	1085
§ 6.3. <i>Ofensa ao princípio do ne bis in idem</i>	1073	§ 7.3.17. <i>O direito à leitura e a outros meios de informação</i>	1085
§ 6.4. <i>Ofensa ao princípio da razoabilidade</i>	1074	§ 7.3.18. <i>O atestado de pena a cumprir</i>	1086
§ 6.5. <i>Ofensa ao princípio da proporcionalidade</i>	1074	§ 7.3.19. <i>A limitação de alguns direitos</i>	1086
§ 6.6. <i>Ofensa ao princípio da coisa julgada</i>	1075	§ 7.4. <i>Os direitos dos presos provisórios</i>	1087
§ 6.7. <i>Ofensa ao princípio da legalidade</i>	1076	§ 7.5. <i>A utilização da teoria da reserva do possível e os direitos do preso</i>	1087
§ 6.8. <i>Ofensa ao princípio da intervenção mínima</i>	1076	§ 8. Direitos do internado	1087
§ 7. Direitos do preso	1077	§ 9. Trabalho do preso	1088
§ 7.1. <i>Direitos previstos na Constituição Federal</i>	1077	§ 9.1. <i>Dever e direito do preso</i>	1088
§ 7.2. <i>Direitos previstos no Código Penal</i>	1077	§ 9.2. <i>Remuneração</i>	1089
§ 7.3. <i>Direitos previstos na Lei de Execução Penal</i>	1078	§ 9.3. <i>Trabalho interno</i>	1089
§ 7.3.1. <i>O respeito à integridade física e moral</i>	1078	§ 9.4. <i>Trabalho externo</i>	1090
§ 7.3.2. <i>A alimentação suficiente e o vestuário</i>	1079	§ 9.5. <i>Competência</i>	1091
§ 7.3.3. <i>A atribuição de trabalho, remuneração e pecúlio</i>	1079	§ 9.6. <i>Remição da pena pelo trabalho</i>	1091
§ 7.3.4. <i>A previdência social</i>	1079	§ 9.6.1. <i>Contagem em horas</i>	1091
§ 7.3.5. <i>A proporcionalidade entre o tempo para o trabalho, o descanso e a recreação</i>	1079	§ 9.6.2. <i>Restrições legais</i>	1092
§ 7.3.6. <i>O exercício de atividades anteriores à prisão compatível com a execução penal</i>	1080	§ 9.6.3. <i>Exigências extralegis</i>	1092
§ 7.3.7. <i>A assistência ao preso</i>	1080	§ 9.6.4. <i>Acidente de trabalho</i>	1093
§ 7.3.7.1. <i>A assistência material</i>	1080	§ 9.6.5. <i>Remição ficta</i>	1093
§ 7.3.7.2. <i>A assistência à saúde</i>	1080	§ 9.6.6. <i>Remição por analogia</i>	1095
§ 7.3.7.3. <i>A assistência jurídica</i>	1081	§ 9.6.7. <i>Cumulação com o estudo</i>	1095
§ 7.3.7.4. <i>A assistência educacional</i>	1081	§ 9.6.8. <i>Perda dos dias remidos</i>	1096
§ 7.3.7.5. <i>A assistência social</i>	1081	§ 10. Estudo do preso	1097
§ 7.3.7.6. <i>A assistência religiosa</i>	1081	§ 10.1. <i>Destinatários legais</i>	1097
§ 7.3.7.7. <i>A assistência ao egresso</i>	1082	§ 10.2. <i>Contagem de horas</i>	1097
§ 7.3.8. <i>A proteção contra qualquer forma de sensacionalismo</i>	1082	§ 10.3. <i>As atividades de ensino e estudo</i>	1098
§ 7.3.9. <i>A entrevista pessoal e reservada com o advogado</i>	1082	§ 10.3.1. <i>Ensino presencial</i>	1098
§ 7.3.10. <i>A visita social</i>	1083	§ 10.3.2. <i>Metodologia de ensino a distância</i>	1099
§ 7.3.11. <i>A visita íntima</i>	1084	§ 10.3.3. <i>Remição pela leitura</i>	1099
		§ 10.4. <i>Exigências extralegis</i>	1100
		§ 10.5. <i>Remição privilegiada</i>	1100
		§ 11. Declaração da remição	1101
		§ 12. Detração	1101
		§ 12.1. <i>Detração e regime de cumprimento de pena</i>	1102
		§ 12.2. <i>Detração e penas restritivas de direitos</i>	1102
		§ 12.3. <i>Detração e pena de multa</i>	1102
		§ 12.4. <i>Detração em processos distintos</i>	1103
		§ 12.5. <i>Detração e tempo de cumprimento da pena</i>	1103

§ 12.6. <i>Detração e pena cumprida no estrangeiro</i>	1104	§ 7.4.1. <i>O âmbito de aplicabilidade</i>	1119
Lição 47		§ 7.4.2. <i>Limitação legislativa</i>	1119
As penas alternativas à privação de liberdade	1105	§ 7.4.3. <i>Atribuição de tarefas</i>	1120
§ 1. <i>Uma síntese evolutiva</i>	1105	§ 7.4.4. <i>Alteração de tarefas</i>	1120
§ 2. <i>A questão terminológica</i>	1107	§ 7.4.5. <i>A aquiescência do condenado</i>	1120
§ 3. <i>A autonomia das penas alternativas</i>	1107	§ 7.4.6. <i>Gratuidade</i>	1121
§ 4. <i>Uma leitura constitucional das regras gerais de substituição</i>	1107	§ 7.4.7. <i>O cumprimento da medida alternativa</i>	1121
§ 4.1. <i>A natureza do crime cometido</i>	1108	§ 7.4.8. <i>O descumprimento da medida alternativa</i>	1122
§ 4.2. <i>A quantidade de pena aplicada</i>	1108	§ 7.4.9. <i>Outras hipóteses de conversão</i>	1122
§ 4.3. <i>A modalidade de execução</i>	1108	§ 7.5. <i>A interdição temporária de direitos</i>	1122
§ 5. <i>Uma proposição subsidiária e orientada constitucionalmente</i>	1108	§ 7.5.1. <i>A proibição do exercício de cargo, função ou atividade pública e de mandato eletivo</i>	1123
§ 5.1. <i>As circunstâncias judiciais constitucionais</i>	1109	§ 7.5.2. <i>A proibição de exercício de profissão, atividade ou ofício</i>	1124
§ 5.2. <i>O tratamento da reincidência no tocante à substituição da pena de prisão</i>	1109	§ 7.5.3. <i>A suspensão de autorização ou de habilitação para dirigir veículo</i>	1124
§ 5.2.1. <i>Um reforço sobre a inconstitucionalidade da reincidência</i>	1110	§ 7.5.4. <i>A proibição de frequentar determinados lugares</i>	1126
§ 6. <i>Procedimento de substituição</i>	1111	§ 7.5.5. <i>A proibição de inscrição em certames de interesse público</i>	1127
§ 6.1. <i>Substituição nas penas de até um ano de prisão</i>	1111	§ 7.6. <i>A limitação de final de semana</i>	1127
§ 6.2. <i>Substituição nas penas superiores a um ano de prisão</i>	1112	§ 8. <i>Modalidades alternativas previstas no Código Ambiental</i>	1128
§ 6.3. <i>Substituição nos crimes perpetrados mediante violência ou grave ameaça à pessoa</i>	1112	§ 8.1. <i>A prestação de serviços à comunidade</i>	1128
§ 6.4. <i>Substituição nos crimes hediondos e figuras equiparadas</i>	1113	§ 8.2. <i>A interdição temporária de direitos</i>	1129
§ 7. <i>Classificação das penas alternativas</i>	1114	§ 8.3. <i>A suspensão parcial ou total das atividades</i>	1129
§ 7.1. <i>A prestação pecuniária</i>	1114	§ 8.4. <i>A prestação pecuniária</i>	1129
§ 7.1.1. <i>Os beneficiários da medida alternativa</i>	1114	§ 8.5. <i>O recolhimento domiciliar</i>	1130
§ 7.1.2. <i>Valor da prestação e enriquecimento ilícito</i>	1115	§ 8.6. <i>As penas restritivas de direitos e as pessoas jurídicas</i>	1130
§ 7.1.3. <i>O descumprimento da prestação pecuniária</i>	1115	§ 9. <i>Modalidades cominadas expressamente na Lei de Drogas</i>	1131
§ 7.2. <i>A prestação de outra natureza</i>	1116	§ 9.1. <i>A advertência sobre os efeitos das drogas</i>	1131
§ 7.3. <i>A perda de bens e valores</i>	1117	§ 9.2. <i>A prestação de serviços à comunidade</i>	1132
§ 7.3.1. <i>A (in)constitucionalidade da medida alternativa</i>	1117	§ 9.3. <i>O comparecimento a programa ou curso educativo</i>	1132
§ 7.3.2. <i>A execução da medida alternativa</i>	1118	§ 10. <i>O tratamento das medidas alternativas em casos de violência doméstica</i>	1132
§ 7.4. <i>A prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas</i>	1118	§ 11. <i>A prestação de serviços à comunidade com previsão no Código de Trânsito</i>	1132
		§ 12. <i>As medidas alternativas da Lei de Abuso de Autoridade</i>	1134

§ 13. A conversão como incidente de execução.....	1135	§ 3. A contenção de danos pela observância da proibição de dupla valoração.....	1152
§ 14. As penas restritivas no Anteprojeto de Código Penal.....	1135	§ 4. Outros mecanismos de diversificação.....	1152
Lição 48		§ 5. Suspensão condicional da execução penal.....	1152
A pena de multa	1139	§ 5.1. Natureza jurídica.....	1153
§ 1. A multa como espécie penal alternativa.....	1139	§ 5.2. Aplicação subsidiária.....	1153
§ 2. O sistema legal e a previsão da pena de multa.....	1140	§ 5.3. Uma proposição subsidiária e orientada constitucionalmente à redução de danos ao apenado.....	1154
§ 2.1. A previsão isolada da pena de multa.....	1140	§ 5.3.1. As circunstâncias judiciais constitucionais.....	1154
§ 2.2. A previsão cumulada da pena de multa.....	1140	§ 5.3.2. A circunstância legal da reincidência.....	1155
§ 2.3. A previsão alternada da pena de multa.....	1141	§ 5.4. Espécies de sursis.....	1155
§ 2.4. A previsão substitutiva da pena de multa.....	1141	§ 5.4.1. Sursis etário.....	1155
§ 3. O sistema legal e a determinação da pena de multa.....	1141	§ 5.4.2. Sursis humanitário.....	1156
§ 3.1. Um número de unidade artificial.....	1142	§ 5.5. Período de prova.....	1157
§ 3.2. O valor do dia-multa.....	1143	§ 5.6. Condições de suspensão.....	1157
§ 3.2.1. A situação econômica do agente.....	1143	§ 5.6.1. Condições legais.....	1158
§ 3.2.2. A atualização do valor.....	1144	§ 5.6.2. Condições judiciais.....	1159
§ 3.3. O destinatário da pena de multa.....	1144	§ 5.6.3. Audiência admonitória.....	1159
§ 4. Pagamento da pena de multa.....	1145	§ 5.7. Revogação do sursis.....	1159
§ 4.1. Parcelamento da pena de multa.....	1145	§ 5.7.1. Revogação obrigatória.....	1161
§ 4.2. Desconto no vencimento ou no salário.....	1146	§ 5.7.1.1. Condenação definitiva por crime doloso.....	1161
§ 4.3. Inscrição em dívida ativa.....	1146	§ 5.7.1.2. Não pagamento da pena de multa.....	1162
§ 4.4. Suspensão da execução da multa.....	1146	§ 5.7.1.3. Não reparação do dano.....	1162
§ 5. Conversão da multa em prisão.....	1147	§ 5.7.1.4. Descumprimento das condições do sursis comum.....	1163
§ 6. Natureza da multa.....	1147	§ 5.7.2. Revogação facultativa.....	1163
§ 7. Extinção da punibilidade e não pagamento da multa.....	1148	§ 5.7.2.1. Descumprimento de outras condições.....	1163
§ 8. A pena de multa no Código Eleitoral.....	1148	§ 5.7.2.2. Condenação definitiva por crime culposo ou contravenção.....	1164
§ 9. A pena de multa no Anteprojeto do Novo Código Penal.....	1148	§ 5.8. Prorrogação do período de prova.....	1164
Lição 49		§ 5.9. Cumprimento das condições.....	1164
Os mecanismos de diversificação da pena criminal	1151	§ 5.10. O sursis em leis especiais.....	1165
§ 1. Estratégias de política criminal.....	1151	§ 5.11. O sursis no Anteprojeto do Novo Código Penal.....	1165
§ 2. Justificativas teóricas diante da realidade prisional.....	1151	§ 6. Livramento condicional.....	1165
		§ 6.1. Requisitos gerais objetivos.....	1166
		§ 6.2. Requisitos gerais subjetivos.....	1167
		§ 6.2.1. Aptidão para prover à própria subsistência mediante trabalho honesto.....	1169
		§ 6.3. Classes de livramento condicional.....	1169

§ 6.4. Condições do livramento condicional.....	1170	§ 3.2. Lei de Drogas.....	1189
§ 6.5. Procedimento do livramento condicional.....	1170	§ 3.3. Lei de Lavagem de Capitais.....	1190
§ 6.6. Período de prova do livramento.....	1171	§ 3.4. Lei de Tortura.....	1190
§ 6.7. Suspensão do livramento condicional.....	1171	§ 3.5. Lei Falimentar.....	1191
§ 6.8. Revogação obrigatória do livramento condicional.....	1171	§ 3.6. Lei de Trânsito.....	1191
§ 6.8.1. Crime cometido durante a vigência do benefício.....	1172	§ 3.7. Lei do Racismo.....	1192
§ 6.8.2. Crime cometido antes da vigência do benefício.....	1172	§ 3.8. Condenação criminal e direitos políticos.....	1192
§ 6.9. Revogação facultativa do livramento condicional.....	1173	§ 3.9. Lei da "Ficha Limpa".....	1193
§ 6.10. Extinção da pena.....	1173	§ 3.10. Condenação criminal e pagamento de custas.....	1194
§ 6.11. A extinção do livramento condicional no Anteprojeto do Novo Código Penal.....	1173	§ 4. Reabilitação.....	1194
§ 6.12. Vedação do livramento condicional.....	1174	§ 4.1. Objetivos da reabilitação.....	1194
		§ 4.2. Alcance da reabilitação.....	1195
		§ 4.3. Requisitos para a reabilitação.....	1196
		§ 4.4. Procedimento de reabilitação.....	1197
		§ 4.5. Revogação da reabilitação.....	1197
		§ 4.6. Reabilitação e outros institutos.....	1198

Lição 50

Efeitos da condenação e reabilitação

Lição 51

As medidas de segurança 1199

§ 1. Considerações gerais.....	1175	§ 1. Síntese histórica no direito penal brasileiro.....	1199
§ 2. Efeitos da condenação no Código Penal.....	1176	§ 1.1. As antigas codificações brasileiras.....	1199
§ 2.1. Efeitos genéricos da condenação.....	1176	§ 1.2. A codificação penal de 1940.....	1201
§ 2.1.1. Reparação civil.....	1176	§ 1.3. A emancipação das medidas de segurança com a Reforma de 1984.....	1202
§ 2.1.2. Absolvição penal e reparação civil.....	1178	§ 2. O necessário tratamento principiológico em relação às medidas de segurança.....	1202
§ 2.1.2.1. Ausência de autoria ou materialidade.....	1178	§ 2.1. O princípio do devido processo legal.....	1203
§ 2.1.2.2. Atipicidade da conduta.....	1179	§ 2.2. O princípio da legalidade.....	1203
§ 2.1.2.3. Causas de justificação.....	1179	§ 2.3. O princípio da irretroatividade.....	1204
§ 2.1.2.4. Causas de exculpação.....	1180	§ 2.4. O princípio da individualização.....	1205
§ 2.1.2.5. Ausência de provas.....	1180	§ 2.5. O princípio da intervenção mínima.....	1206
§ 2.1.2.6. Extinção da punibilidade.....	1180	§ 2.6. O princípio da humanidade.....	1206
§ 2.1.3. Perda dos instrumentos, produtos e proveito do crime.....	1180	§ 2.7. O princípio da ofensividade.....	1208
2.1.4. Perda alargada.....	1182	§ 2.8. O princípio da razoabilidade.....	1208
§ 2.2. Efeitos específicos da condenação.....	1184	§ 2.9. O princípio da proporcionalidade.....	1209
§ 2.2.1. Perda de cargo, função pública ou mandato eletivo.....	1184	§ 2.9.1. A tese do Supremo Tribunal Federal.....	1209
§ 2.2.2. Incapacidade para o exercício do poder familiar, tutela ou curatela.....	1186	§ 2.9.2. As teses do Superior Tribunal de Justiça.....	1209
§ 2.2.3. Inabilitação para dirigir veículo.....	1187	§ 2.9.3. O Anteprojeto do Novo Código Penal.....	1210
§ 2.3. Efeito obrigatório da condenação criminal em crime sexual.....	1188	§ 2.9.4. Outras teses e a Lei de Reforma Psiquiátrica.....	1210
§ 3. Demais efeitos extrapenais da condenação.....	1189	§ 2.10. O princípio da igualdade.....	1212
§ 3.1. Lei dos Crimes Ambientais.....	1189	§ 2.11. Os princípios do direito sanitário.....	1213

§ 3. A confrontação do modelo consignado no Código Penal pelas diretrizes da Lei n. 10.216/2001.....	1213	§ 6. A ação penal privada.....	1230
§ 3.1. Exclusão da culpabilidade e imposição de medida de segurança.....	1214	§ 6.1. A ação penal privada exclusiva.....	1231
§ 3.2. Natureza jurídica da sentença.....	1214	§ 6.2. A ação penal privada personalíssima.....	1231
§ 3.3. Fundamento da medida de segurança.....	1214	§ 6.3. A ação penal privada subsidiária da pública.....	1232
§ 3.4. Responsabilização diferenciada.....	1215	§ 7. A ação penal concorrente.....	1232
§ 3.5. Peculiaridades da responsabilização diferenciada.....	1216	§ 8. A ação penal nos crimes complexos.....	1232
§ 3.6. Local de cumprimento da medida.....	1216	§ 9. A ação penal e a extinção de punibilidade.....	1233
§ 4. Realização da perícia médica.....	1217	§ 9.1. Decadência.....	1233
§ 5. Substituição da pena por medida de segurança para o semi-imputável.....	1217	§ 9.2. Renúncia.....	1234
§ 6. Superveniência de doença mental após a condenação.....	1218	§ 9.3. Perdão.....	1234
§ 7. A (des)orientação do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária no tocante à Reforma Psiquiátrica.....	1218	§ 9.4. Perempção.....	1235
§ 8. Resultados práticos quanto à incidência da Lei de Reforma Psiquiátrica.....	1220	§ 10. A ação penal no Anteprojeto de Código Penal.....	1235
§ 9. Considerações finais.....	1221		
Lição 52		Lição 53	
A ação penal	1223	A extinção da punibilidade	1237
§ 1. Considerações preliminares.....	1223	§ 1. Conceito de punibilidade.....	1237
§ 2. Conceito.....	1223	§ 2. Consequências da extinção da punibilidade.....	1238
§ 3. A diferença entre ação civil e ação penal.....	1224	§ 2.1. Extinção da punibilidade no concurso de crimes.....	1238
§ 4. Titularidade.....	1224	§ 2.2. Extinção da punibilidade nos crimes complexos e conexos.....	1238
§ 5. A ação penal pública.....	1225	§ 3. Causas de extinção da punibilidade.....	1239
§ 5.1. Ação penal pública incondicionada.....	1225	§ 3.1. Morte do agente.....	1239
§ 5.2. Ação penal pública condicionada.....	1226	§ 3.2. Anistia, graça e indulto.....	1240
§ 5.2.1. Decadência do direito de representação.....	1226	§ 3.2.1. Anistia.....	1240
§ 5.2.2. Retratação da representação.....	1227	§ 3.2.1.1. Classificações.....	1240
§ 5.2.3. A representação na Lei dos Juizados Especiais.....	1227	§ 3.2.1.2. Fundamentos.....	1241
§ 5.2.4. A representação nos casos de violência doméstica.....	1228	§ 3.2.1.3. A Lei da Anistia.....	1241
§ 5.2.5. A necessidade de representação na contravenção de vias de fato.....	1228	§ 3.2.2. Graça.....	1243
§ 5.2.6. A representação no crime de estelionato.....	1228	§ 3.2.3. Indulto.....	1243
		§ 3.3. Abolição criminis.....	1243
		§ 3.4. Prescrição, decadência ou perempção.....	1243
		§ 3.5. Renúncia do direito de queixa ou perdão nos crimes de ação privada.....	1244
		§ 3.6. Retratação do agente.....	1244
		§ 3.7. Perdão judicial.....	1244
		§ 3.7.1. Registrar como seu o filho de outrem.....	1245
		§ 3.7.3. Efeitos da declaração do perdão judicial.....	1248
		§ 4. Rol meramente exemplificativo.....	1248
		§ 4.1. O perdão judicial na legislação especial.....	1248

§ 4.2. Crimes tributários.....	1250	§ 1. Conceito.....	1267
§ 5. Causas de extinção da punibilidade previstas na Lei dos Juizados Especiais.....	1251	§ 2. A imprescritibilidade delitiva.....	1267
§ 5.1. Composição civil.....	1251	§ 2.1. Contextos constitucionais de imprescritibilidade.....	1268
§ 5.2. Transação penal.....	1251	§ 2.1.1. O crime de racismo.....	1269
§ 5.3. Suspensão condicional do processo.....	1252	§ 2.1.2. As ações de grupos armados, civis ou militares.....	1271
§ 5.4. A transação penal e a suspensão condicional do processo nos crimes ambientais.....	1252	§ 2.2. A imprescritibilidade na legislação infraconstitucional.....	1272
§ 6. Acordo de não persecução penal.....	1253	2.3. A imprescritibilidade “criada” jurisprudencialmente.....	1273
§ 6.1. Natureza jurídica.....	1253	§ 2.4. A imprescritibilidade das graves violações aos direitos humanos.....	1275
§ 6.2. Caráter subsidiário.....	1253	§ 2.4.1. Afirmações e objeções à imprescritibilidade.....	1276
§ 6.3. Requisitos.....	1254	§ 2.4.2. Princípio da legalidade e imprescritibilidade.....	1277
§ 6.3.1. Quantidade mínima da pena cominada.....	1254	§ 2.4.3. Princípio da duração razoável do processo e imprescritibilidade.....	1279
§ 6.3.2. Modalidade de execução.....	1254	§ 3. Fundamentos políticos da prescrição.....	1282
§ 6.3.3. Características do investigado.....	1255	§ 3.1. Teoria do esquecimento.....	1282
§ 6.3.4. Insignificância das infrações penais pretéritas.....	1255	§ 3.2. Teoria do desgaste probatório.....	1282
§ 6.3.5. Outros mecanismos de diversificação penal.....	1256	§ 3.3. Teoria da presunção de correção.....	1282
§ 6.3.6. Funções manifestas da pena criminal.....	1256	§ 3.4. Teoria da expiação moral.....	1283
§ 6.4. Recusa de proposição do acordo.....	1257	§ 3.5. Teoria da perda de legitimidade.....	1283
§ 6.5. Condições.....	1257	§ 4. Diferenças entre as formas de extinção de punibilidade.....	1284
§ 6.5.1. Reparação civil.....	1257	§ 4.1. As diferenças entre prescrição e decadência.....	1284
§ 6.5.2. Renúncia de bens e direitos.....	1258	§ 4.2. As diferenças entre prescrição e perempção.....	1284
§ 6.5.3. Prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas.....	1258	§ 5. Espécies de prescrição.....	1284
§ 6.5.4. Prestação pecuniária.....	1259	§ 5.1. Prescrição da pretensão punitiva.....	1285
§ 6.5.5. Condição extralegal.....	1259	§ 5.2. Prescrição da pretensão executória.....	1285
§ 6.6. Procedimento.....	1259	§ 6. Contagem do prazo prescricional.....	1285
§ 6.6.1. Formalidades.....	1260	§ 6.1. Contagem dos prazos para prescrição da pretensão punitiva.....	1286
§ 6.6.2. Momento de proposição.....	1260	§ 6.1.1. Circunstâncias modificadoras da pena.....	1286
§ 6.6.3. Confissão do investigado.....	1260	§ 6.1.2. Narração fática ou capitulação legal.....	1287
§ 6.6.4. Homologação judicial.....	1261	§ 6.1.3. Prescrição da pretensão punitiva nas leis especiais.....	1287
§ 6.6.5. Reformulação da proposta.....	1261	§ 6.1.4. Prescrição da pretensão punitiva e detração.....	1287
§ 6.6.6. Adequação da proposta.....	1262	§ 6.1.5. Termo inicial da contagem prescricional.....	1288
§ 6.6.7. Extinção de punibilidade.....	1262	§ 6.1.5.1. Crime consumado.....	1289
§ 6.7. Oferecimento da denúncia.....	1262	§ 6.1.5.2. Crime tentado.....	1289
§ 6.8. Descumprimento das condições.....	1263		
§ 6.9. Suspensão da prescrição da pretensão punitiva.....	1263		
§ 6.10. Resolução do CNMP.....	1263		
§ 6.11. O Supremo Tribunal Federal.....	1263		
§ 6.12. Consideração final.....	1264		
§ 7. Repatriação de valores.....	1264		
Lição 54			
A prescrição	1267		

§ 6.1.5.3. Crimes permanentes.....	1289	§ 7.2.6. Reincidência.....	1302
§ 6.1.5.4. Crimes de bigamia e de falsificação ou alteração de assentamento do registro civil.....	1290	§ 7.2.7. A interrupção da prescrição prevista em lei especial.....	1303
§ 6.1.5.5. Crimes contra a dignidade sexual de crianças e adolescentes.....	1290	§ 7.2.8. Nulidades processuais.....	1303
§ 6.1.5.6. Crimes continuado e habitual.....	1291	§ 8. Causas que suspendem ou impedem a contagem do prazo prescricional.....	1304
§ 6.2. Contagem dos prazos para prescrição da pretensão executória.....	1291	§ 8.1. Resolução de questão de que dependa o reconhecimento da existência do crime.....	1304
§ 6.2.1. Prescrição da pretensão executória e detração.....	1291	§ 8.2. Cumprimento de pena no exterior.....	1305
§ 6.2.2. Termo inicial da contagem prescricional.....	1292	§ 8.3. Pendência ou inadmissibilidade de recursos aos Tribunais Superiores.....	1305
§ 6.2.2.1. O trânsito em julgado para a acusação.....	1292	§ 8.4. Acordo de não persecução penal.....	1306
§ 6.2.2.2. A revogação do sursis ou do livramento condicional.....	1293	§ 8.5. Prisão por motivo diverso.....	1308
§ 6.2.2.3. A interrupção da execução da pena.....	1293	§ 8.6. Suspensão por revelia.....	1308
§ 6.2.3. Cálculo da prescrição nas hipóteses de evasão do condenado e de revogação do livramento condicional.....	1293	§ 8.7. Sustação da ação penal pelo Congresso Nacional.....	1309
§ 7. A interrupção da contagem do prazo prescricional.....	1294	§ 8.8. A suspensão da prescrição prevista em lei especial.....	1309
§ 7.1. A persecução penal e o lapso prescricional.....	1294	§ 9. Verificação da prescrição da pretensão punitiva.....	1310
§ 7.2. Causas de interrupção da prescrição da pretensão punitiva.....	1295	§ 9.1. Prescrição da pretensão punitiva propriamente dita.....	1310
§ 7.2.1. Recebimento da denúncia ou queixa.....	1295	§ 9.2. Prescrição intercorrente ou superveniente.....	1311
§ 7.2.1.1. Precisão da causa interruptiva.....	1296	§ 9.2.1. O princípio da proibição da reformatio in pejus.....	1311
§ 7.2.1.2. Duplo recebimento da denúncia ou queixa.....	1296	§ 9.2.2. Trânsito em julgado para a acusação.....	1311
§ 7.2.1.3. Publicação da decisão.....	1297	§ 9.2.3. Improvimento do recurso da acusação.....	1312
§ 7.2.1.4. Aditamento da denúncia ou queixa.....	1297	§ 9.3. Prescrição retroativa.....	1312
§ 7.2.1.5. Ausência de assinatura.....	1297	§ 9.4. Prescrição em perspectiva, virtual ou antecipada.....	1313
§ 7.2.1.6. Anulação da decisão.....	1298	§ 9.5. Prescrição da pena restritiva de direitos e da pena de multa.....	1314
§ 7.2.1.7. Rejeição da denúncia ou queixa.....	1298	§ 10. Atenuantes de pena e modificação do prazo prescricional.....	1314
§ 7.2.2. Decisão de pronúncia.....	1298	§ 10.1. A menoridade relativa.....	1314
§ 7.2.2.1. A impronúncia.....	1299	§ 10.2. A maioridade senil.....	1315
§ 7.2.2.2. A desclassificação.....	1299	§ 11. Efeitos da prescrição.....	1316
§ 7.2.2.3. Os crimes conexos.....	1299	§ 12. Verificação da prescrição e medidas de segurança.....	1317
§ 7.2.3. Decisão confirmatória da pronúncia.....	1299	Referências	13199
§ 7.2.4. Publicação da sentença ou acórdão condenatórios recorríveis.....	1300		
§ 7.2.4.1. Sentença absolutória imprópria.....	1301		
§ 7.2.4.2. Efeito da sentença quando há corrêus.....	1301		
§ 7.2.5. Início ou continuação do cumprimento da pena.....	1301		